



BANCO
MASTER

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	11
Relatório do comitê de auditoria	17
Balanco patrimonial	18
Demonstração de resultados	20
Demonstração de resultados abrangente	21
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	22
Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto)	23
Notas explicativas às demonstrações financeiras	24

Relatório de Administração - Banco Master S.A. - Exercício 2024

Introdução

Apresentamos o Relatório da Diretoria do Banco Master S.A. (“Banco” ou “Master”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, acompanhado das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações.

Informações ao mercado

Ao final do exercício social de 2024, o Banco Master apresenta crescimento patrimonial consistente, refletido nas suas Demonstrações Financeiras, impulsionado por seus resultados operacionais e sucessivas capitalizações. O patrimônio líquido atingiu R\$ 4,7 bilhões (R\$ 2,3 bilhões em 2023), o lucro líquido foi de R\$ 1 bilhão (R\$ 532 milhões em 2023) e o total de ativos alcançou R\$ 63 bilhões (R\$ 36 bilhões em 2023).

Aquisições: Banco Voiter e Will Bank

Em 2024, além do resultado expressivo apresentado nas Demonstrações Financeiras — o maior desta nova fase do Master — destacamos o ano como um marco de consolidação de operações, com a conclusão das aquisições das instituições financeiras Banco Voiter e Will Bank (CFI). Tais aquisições representam investimentos estratégicos, voltados à expansão sustentável das atividades e ao fortalecimento da presença no mercado, tanto no segmento de varejo quanto no atacado.

A aquisição do Banco Voiter foi homologada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em abril de 2024. O Voiter é uma instituição com reconhecida expertise em operações estruturadas e no segmento *corporate*. A aquisição tem como principal objetivo ampliar a atuação do Master no segmento de atacado, especialmente em operações relacionadas ao mercado de capitais.

A aquisição do Will Bank foi homologada pelo BACEN em agosto de 2024. O objetivo dessa operação é dar continuidade à estratégia de crescimento do Master no segmento de varejo, no qual já atuamos com forte expertise por meio do crédito consignado, especialmente com o produto CREDCESTA.

A integração com o Will Bank nos permite alcançar uma base de 10,5 milhões de clientes, alinhando-se a um dos principais pilares da nossa Administração: ampliar o acesso ao crédito e a benefícios para a população brasileira que enfrenta barreiras de inclusão financeira.



Governança Institucional em 2024

Em 2024, o Master intensificou os investimentos em sua governança institucional. Com o enquadramento da instituição no segmento regulatório “S3”, o que exigiu a constituição de comitês específicos, a Administração implementou uma série de ações adicionais. Destacam-se a criação do Comitê de Auditoria e, como parte do planejamento estratégico de governança, a instituição de um Conselho Consultivo composto por profissionais de destaque no mercado.

Além da estruturação desses órgãos, o Master também investiu fortemente em capital humano, promovendo treinamentos ao longo do ano para todos os colaboradores (incluindo temas como LGPD, prevenção à fraude, entre outros). As equipes de compliance e riscos foram reforçadas, e foi criada uma área de auditoria interna própria — anteriormente realizada por prestadores terceirizados.

Clima organizacional e reconhecimento GPTW

Em linha com o crescimento do Master, que a cada ano consolida sua presença no mercado, destacamos que a instituição mantém uma política institucional voltada aos seus colaboradores, alinhada às diretrizes estratégicas da organização. A efetividade dessa política é confirmada pelo reconhecimento, pelo segundo ano consecutivo, como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil, segundo a certificação concedida pela consultoria global Great Place to Work.

Reconhecimento do esforço coletivo e metas alcançadas

O crescimento patrimonial e os resultados consistentes alcançados em 2024 estão em total alinhamento com o plano estratégico da instituição. Esses avanços só foram possíveis graças ao empenho conjunto de colaboradores, administradores e acionistas, o que tem contribuído significativamente para elevar o patamar do Master no mercado financeiro.

Informação Relevante – Eventos subsequentes

Em 28 de março de 2025, o BRB – Banco de Brasília S.A. (“BRB”) anunciou, por meio de fato relevante, que seu Conselho de Administração aprovou a aquisição de participação acionária no Banco Master S.A. A transação compreende a aquisição de 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais, totalizando 58% do capital total do Banco Master.

O fato relevante publicado pelo BRB detalha as premissas da operação, o valor envolvido, as condições precedentes e as justificativas estratégicas da transação. O documento está disponível no site do BRB, na área de Relações com Investidores.

Informamos que a operação está sujeita à aprovação dos órgãos reguladores competentes, incluindo o Banco Central do Brasil (BACEN) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), além de outras condições previstas no contrato de compra e venda de ações firmado entre as partes.



Áreas de atuação e portfólio de produtos e serviços

O Master se apresenta ao mercado como uma solução completa para seus clientes e parceiros de negócios, operando como uma plataforma "full banking". De forma resumida, suas principais áreas de atuação são:

Atacado

O segmento de atacado envolve operações em ativos de crédito, como créditos *corporate*, CRIs e debêntures nos quais o Master investe. Esse segmento também inclui operações de mercado de capitais, conduzidas pela Master Corretora, que possui todas as certificações necessárias para suas atividades. O Banco Master de Investimento e o Voiter são as instituições responsáveis pelas operações estruturadas e de mercado de capitais.

Varejo

No mercado de varejo, atuamos prioritariamente no crédito consignado, com destaque para o cartão benefício CREDCESTA. Nossa carteira de crédito continua em expansão, com crescimento expressivo na base de crédito consignado federal (INSS), bem como na expansão regional em estados e municípios. Atualmente, o cartão benefício está presente em 24 estados (ante 20 em 2023) e 176 municípios (contra 130 em 2023).

Para sustentar essa expansão acelerada, mantemos um modelo de distribuição digital, permitindo a abertura de contas, contratação de crédito e acesso a outros serviços por meio das plataformas digitais do CREDCESTA e do Banco Master. Essa esteira é viabilizada por parcerias com fintechs, como a Jeitto, que já concedeu crédito de forma totalmente digital a 4 milhões de usuários.

Com a aquisição do Will Bank (CFI), nossa expectativa é atingir uma carteira de clientes superior a 10,5 milhões de pessoas. Assim, o Master se consolida como um agente relevante no mercado de varejo, ampliando o acesso ao crédito de forma ágil e acessível em diversas regiões do país.

Seguros

O Master investe no mercado securitário por meio da KOVRPAR, sua subsidiária integral. A KOVRPAR é a holding responsável pelas operações de seguros, previdência e capitalização, realizadas pelas empresas KOVR Seguradora S/A, KOVR Previdência S/A e KOVR Capitalização S/A.

Corporate e Operações Estruturadas

As operações corporativas estruturadas integram o portfólio de mercado de capitais, com foco na geração de receitas adicionais através da estruturação e distribuição de produtos financeiros. No semestre, mantivemos operações nos segmentos de vestuário, turismo, educação, indústria e saúde.



Também identificamos oportunidades no setor imobiliário, gerando receitas de juros e serviços de estruturação e intermediação. Essas operações são registradas na carteira própria de crédito e, em alguns casos, estruturadas via FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), consolidando-se no balanço prudencial do Banco Master.

A aquisição do Voiter tem otimizado ainda mais essa estrutura, permitindo maior controle operacional e aprimoramento da governança das companhias clientes, gerando mais resultados e receitas para o Master.

Serviços financeiros

O Master presta serviços de câmbio varejista em parceria com a fintech Blue Transfer, alcançando resultados positivos após a substituição do antigo parceiro. No segmento de atacado, a mesa de operação corporativa de câmbio também segue em forte crescimento.

A Master Corretora continua sua expansão na administração fiduciária e, em 2024, retomou a atuação direta na Bolsa de Valores, devidamente certificada para essa atividade.

Plano estratégico e de capitalização

Realizações e expectativas

O crescimento contínuo e consistente ao longo dos anos demonstra a resiliência do Master em um mercado altamente competitivo. Nossa gestão inovadora tem sido fundamental para a obtenção desses resultados. Os números apresentados estão alinhados ao plano estratégico definido pela Administração, contando com o empenho essencial de nossos colaboradores. O planejamento está focado em resultados recorrentes das carteiras, serviços ativos e capitalização dos acionistas.

No exercício, o Master registrou um Lucro Líquido de R\$ 1 bilhão (R\$ 532 milhões em 2023) e um Patrimônio Líquido de R\$ 4,7 bilhões (R\$ 2,3 bilhões em 2023). Destacamos o aumento das receitas de intermediação financeira para R\$ 7,2 bilhões (R\$ 5,4 bilhões em 2023), contribuindo significativamente para o crescimento da performance da instituição. Esse desempenho reflete a qualidade do portfólio de produtos, com avanço contínuo nas atividades de crédito no varejo, *corporate*, operações estruturadas e serviços.

A gestão criteriosa dos ativos de crédito garante sua qualidade, evidenciada pela manutenção do índice de PDD em patamares adequados, mesmo com a expansão da base de crédito. No segmento *corporate*, a presença ativa na gestão das companhias clientes permite um controle operacional mais preciso, evitando crescimento excessivo da PDD e mantendo níveis conservadores de provisão na concessão de crédito.



O Master segue um ciclo de crescimento sustentável, consolidando sua posição como uma instituição inovadora e de destaque no mercado. As operações geram resultados consistentes, capacidade de ampliação de receitas adicionais e aderência ao plano estratégico, alinhado às expectativas dos acionistas.

Aumento de capital e emissão de dívidas subordinadas

Os acionistas realizaram um aumento de capital de R\$ 1,6 bilhão em 2024, distribuído entre abril (R\$ 1 bilhão) e maio (R\$ 600 milhões), devidamente homologado pelo BACEN.

Para fortalecer o capital prudencial da instituição, emitimos dívidas subordinadas não conversíveis no montante de R\$ 928 milhões. Em 2025, essas dívidas foram adquiridas pelos acionistas e estão em processo de aprovação junto ao BACEN para conversão em capital.

Governança corporativa e gestão de riscos

O Master estruturou seu "Conselho Consultivo", composto por profissionais de renome no mercado financeiro, e instituiu seu "Comitê de Auditoria", formado por membros com currículo e reconhecimento internacional.

Em 2024, foi criada a área de auditoria interna, permitindo um acompanhamento mais próximo das operações e atividades do dia a dia. Anteriormente, esse serviço era terceirizado.

Essas iniciativas reforçam o compromisso do Master com a excelência nos processos de controle de riscos e governança, alinhando-se às melhores práticas do mercado e às exigências regulatórias. A instituição segue aprimorando seus processos internos de compliance, gestão de riscos e tecnologia para garantir um crescimento sustentável.

Todas as operações são monitoradas conforme os limites definidos pelo Comitê de Gestão de Riscos, com auditorias internas regulares. O arcabouço de segurança é reforçado pelo Compliance e pelo Risco Operacional, garantindo conformidade com as normas regulatórias brasileiras, o Acordo da Basileia e as melhores práticas de governança corporativa.

Com essa abordagem, o Master fortalece seu gerenciamento de riscos, elevando consistentemente sua classificação de rating.

Cenário Econômico

O ano de 2024 trouxe surpresas positivas para a economia brasileira, mas também novos desafios. O PIB cresceu 3,4%, impulsionado pelo mercado de trabalho aquecido, expansão do crédito e o bom desempenho dos setores de serviços e agropecuária. No entanto, a inflação voltou a acelerar, fechando o ano em quase 5%, pressionada por alimentos e serviços.



A taxa Selic foi elevada para 12,25% a.a. no final de 2024. O Copom retomou o ciclo de altas diante das incertezas domésticas e da desvalorização do real, que atingiu R\$ 6,30 por dólar. As expectativas de inflação para 2025 se distanciaram da meta de 3%, com projeção de 5,6% ao final do ano e 70% de probabilidade de estouro do teto da meta.

Nos EUA, o Federal Reserve deve iniciar cortes nos juros no segundo semestre, com previsão de duas reduções de 0,25 p.p. em 2025. A economia americana deve crescer 2% no período.

Para 2025, projeta-se uma desaceleração na economia brasileira, apesar da expectativa de crescimento de 6,5% no PIB agropecuário. A Formação Bruta de Capital Fixo deve crescer apenas 2,0%, refletindo menor dinamismo nos investimentos. O crédito também tende a desacelerar, com projeção de crescimento de 7,7% no ano. O Banco Central deve manter uma postura cautelosa, podendo elevar a taxa Selic para até 15% no primeiro semestre.

Desempenho das Atividades

As demonstrações financeiras do Master refletem um crescimento sustentável e contínuo, sustentado pelos seguintes pilares:

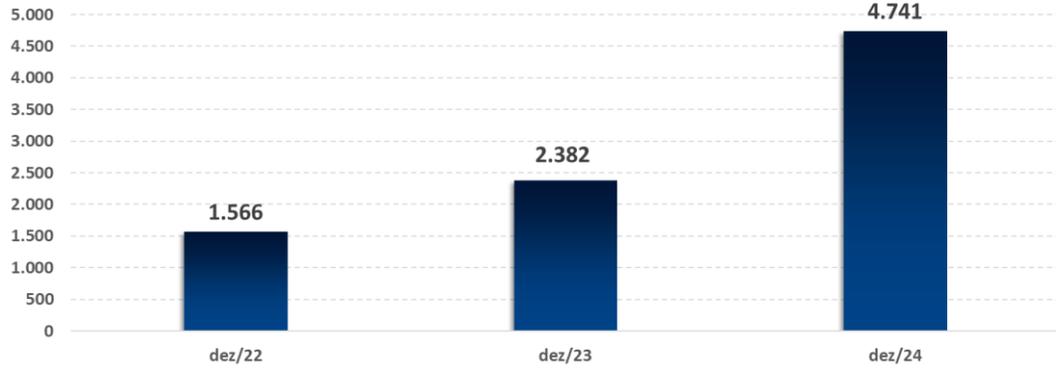
1. Capitalizações;
2. Crescimento sustentável de ativos, gerando resultados progressivos;
3. PDD controlada;
4. Alongamento da carteira de captação;
5. Crescimento recorrente da intermediação financeira;
6. Expansão da receita de serviços.

Performance do Banco

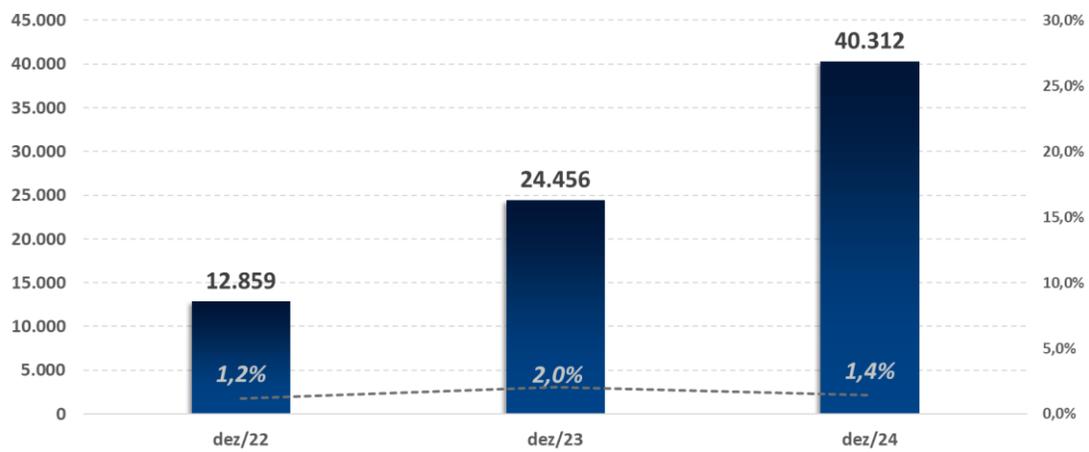
Os principais indicadores do desempenho do Banco são apresentados graficamente, comparando três semestres consecutivos. Os dados foram extraídos das demonstrações financeiras e complementados por informações gerenciais, expressas em milhões de reais.



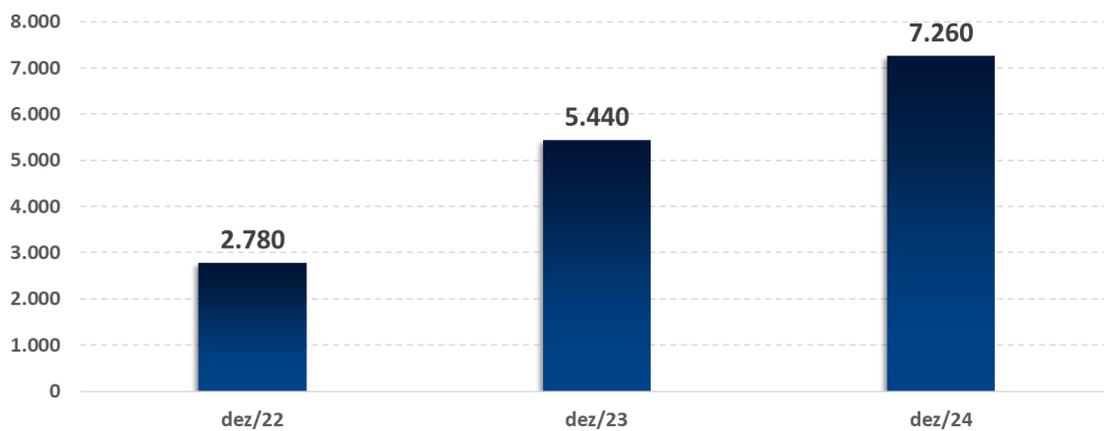
Patrimônio Líquido

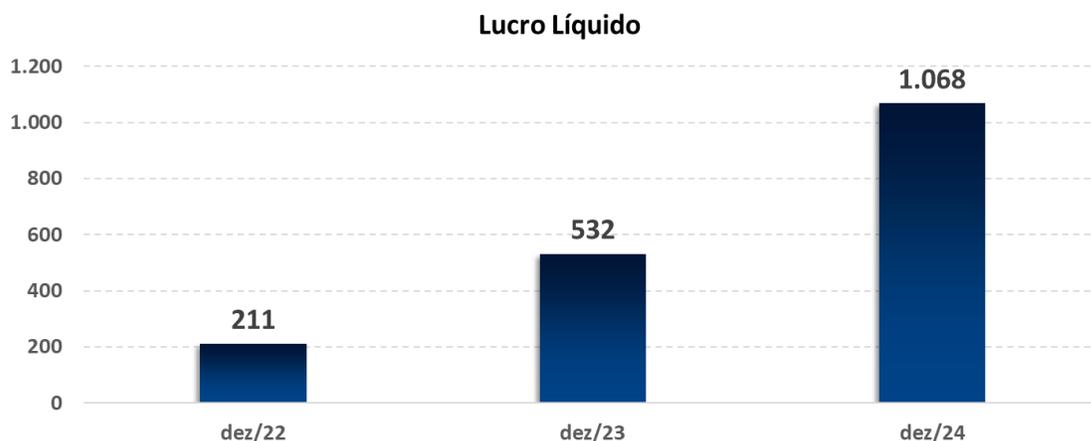


ATIVOS DE CRÉDITO x PDD



Receitas de Intermediação Financeira





O Master apresenta, em suas demonstrações financeiras de 2024, um resultado recorde nesta nova fase. Esse desempenho expressivo está alinhado às projeções estabelecidas em seu plano de negócios. Entre os principais destaques de nossa demonstração de resultados, ressalta-se o lucro líquido do ano, que atingiu R\$ 1 bilhão em 2024 (comparado a R\$ 532 milhões em 2023), representando um crescimento de 100%. Esse resultado equivale ao que o Master obteve em cada semestre de 2024 em relação ao total alcançado ao longo de 2023, evidenciando um crescimento consistente e assertivo conforme nossas projeções.

O desempenho alcançado no ano está diretamente relacionado à expansão do portfólio de crédito, à estruturação de operações, seja de forma direta ou por meio de veículos (Fundos de Investimentos – FIDC’s, FIA’s, FIM’s), bem como às cessões de carteiras de crédito e aos investimentos e aquisições realizadas.

Após a reestruturação do modelo de negócio da área de câmbio, já se observam melhores resultados, com perspectivas promissoras para o futuro da unidade.

A melhora no resultado de participações em coligadas e controladas também se destaca, atingindo R\$ 474 milhões em 2024 (frente a R\$ 346 milhões em 2023), impulsionada pelas aquisições realizadas no período.

Entre os principais indicadores da demonstração de resultados de 2024, ressaltamos:

- Receita de crédito de R\$ 4,2 bilhões (R\$ 2,7 bilhões em 2023), crescimento de 54,16%;
- Resultado de operações com títulos e valores mobiliários de R\$ 2,5 bilhões (R\$ 1,7 bilhão em 2023), crescimento de 47,71%;
- Resultado das operações de venda ou transferência de ativos financeiros, incluindo cessões de carteiras de crédito, que totalizou R\$ 2,1 bilhões (R\$ 827 milhões em 2023).



Esses resultados foram impactados positivamente, sobretudo, pelos fundos de investimentos – FIDC, FIM e FIA, utilizados como veículos para créditos *corporate* e operações estruturadas, otimizando a eficiência operacional.

O gráfico de ativos de crédito reflete a posição consolidada do Master, incluindo as carteiras dos FIDCs, que são incorporadas ao balanço prudencial. Os ativos de crédito são segmentados em carteira varejo, *corporate*, direitos creditórios e precatórios.

Apesar do crescimento da carteira de crédito, a qualidade dos ativos permitiu uma redução na despesa de provisões para crédito de R\$ 263 milhões em 2024 (R\$ 393 milhões em 2023). Destaca-se que o reposicionamento de algumas operações ativas resultou na redução de provisões anteriormente constituídas. O volume de provisões permanece alinhado com os índices dos anos anteriores, mantendo-se abaixo de 2%. Ao comparar a totalidade de ativos de crédito detidos pelo Banco com o total de ativos de crédito, observamos um índice de 1,40% em 2024 (2,00% em 2023).

Em relação ao crescimento das despesas, destacam-se as despesas de pessoal e administrativas, que totalizaram R\$ 2 bilhões em 2024 (R\$ 1,2 bilhão em 2023). Esse aumento significativo decorre da ampliação de novos produtos, do crescimento do quadro de colaboradores e dos investimentos em tecnologia e serviços terceirizados.

Basileia

O Master segue devidamente enquadrado em seus limites operacionais, com índice de Basileia (IB) de 11,51% em 2024 (11,52% em 2023) e um Patrimônio de Referência (PR) compatível com a capacidade de seus ativos.

Conclusão

Em 2024, o Master alcança um resultado recorde, consolidando a curva de crescimento de seus negócios de forma sustentável. Ao longo desta trajetória, a instituição tem acertado em suas estratégias, promovendo a expansão de ativos saudáveis e rentáveis. Esse forte crescimento ocorre dentro de suas principais linhas de negócio – varejo, *corporate* estruturado, serviços e participação em controladas –, garantindo a continuidade das atividades com manutenção dos níveis de PDD e apresentação consistente de resultados.

O Master tem desempenhado um papel cada vez mais relevante no mercado brasileiro, oferecendo crédito a pessoas físicas e jurídicas com uma estrutura diferenciada de distribuição, participando de reestruturações empresariais, recuperação de empresas, readequação da estrutura de capital, melhoria na estrutura de crédito e fortalecimento da saúde financeira de seus clientes. Como resultado, a instituição segue apresentando crescimento sustentável e rentabilidade sólida, atingindo um ROE de 28,50% em 2024 (comparado a 29,10% em 2023).





KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP – Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores do
Banco Master S.A.**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Master S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Master S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa 34 – Eventos Subsequentes, em 28 de março de 2025 o Banco e o BRB divulgaram os termos gerais do Contrato de compra e venda de ações que as partes pretendem celebrar (“Operação”). A Operação está sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil (“BACEN”), Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), demais aprovações regulatórias, e outras condições precedentes. Como as partes envolvidas na Operação ainda não finalizaram os seus termos (estrutura societária, ativos e passivos envolvidos, estrutura de governança, estrutura operacional e aspectos regulatórios, entre outros) e sua concretização está sujeita às condições precedentes e autorizações regulatórias informadas acima, neste momento, não foi possível para a Administração determinar os impactos futuros da Operação na situação patrimonial e financeira do Banco, de suas controladas e de outras entidades

resultantes da segregação de ativos e passivos entre as partes envolvidas. Adicionalmente, conforme divulgado na Nota Explicativa 3, o acionista controlador do Banco (pessoa física) declarou o compromisso e capacidade de exercer suporte financeiro integral às atividades operacionais, de investimento e de financiamento do Banco e suas controladas, bem como, caso a Operação seja concretizada, de todas as entidades remanescentes, nas condições da referida nota. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração a valor de mercado dos fundos de investimentos

Veja as notas 4e, 4f, 4h e 7 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2024 o Banco possuía aplicações em fundos de investimentos (“Fundos”) no valor de R\$ 19.559.731, cuja mensuração a valor de mercado se dá pela atualização do valor das cotas dos Fundos divulgada pelos respectivos administradores, ajustada pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com destaque para a provisão para perdas esperadas mensurada pelo Banco. Esses Fundos investem substancialmente em ativos que não são ativamente negociados.</p> <p>A determinação dos valores de mercado dos ativos investidos pelos fundos de investimentos, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, está sujeita a um nível maior de incerteza, especialmente em relação à definição do risco de crédito e de realização de tais ativos.</p> <p>Consideramos a mensuração a valor de mercado dos fundos de investimentos como um principal assunto para a nossa auditoria, devido à relevância dos montantes e às incertezas envolvidas na determinação do risco de crédito e da realização futura dos ativos investidos pelos Fundos.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envolvemos nossos especialistas de precificação de instrumentos financeiros com conhecimento e experiência no setor, para avaliar o risco de crédito dos ativos investidos pelo Fundo, por meio da inspeção, com base em amostragem, de documentação suporte, incluindo contratos de créditos, relatórios de <i>rating</i>, garantias, informações financeiras e indicadores de solvência. • Recalculamos, com base em amostragem, o valor de mercado dos ativos investidos pelos fundos de investimentos, considerando as premissas avaliadas por nossos especialistas. <p>Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideramos todas as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração a valor de mercado dos fundos de investimentos, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.</p>

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Veja as notas 4i e 9c das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O Banco registrou em 31 de dezembro de 2024 provisões para perdas esperadas para as operações de crédito, no valor total de R\$ 578.862, que compreendem as operações de empréstimos e financiamentos (“<i>corporate</i>”), consignado e outros créditos com características de concessão de crédito.</p> <p>Para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica as operações de crédito em nove níveis de risco (“<i>ratings</i>”), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como: situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, atrasos nos pagamentos e, especificamente para as operações de longo prazo efetuadas com carência nos pagamentos de principal e juros, o período de carência, as renegociações e postergações de prazos e, especialmente, as características das garantias existentes, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação quanto aos <i>ratings</i>, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).</p> <p>Consideramos a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um principal assunto para a nossa auditoria, devido à relevância dos montantes, e às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas em sua mensuração.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">• Para análise individual de clientes, com base em amostragem, analisamos os dados que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo Banco, tais como: a proposta de liberação de crédito, informações contábeis e cadastrais, formalização e avaliação das garantias vinculadas à operação e seu nível de relevância na avaliação, entre outros fatores, verificando a aderência desta atribuição de <i>rating</i> em relação às políticas internas do Banco. Para os clientes avaliados de forma massificada, analisamos, com base em amostragem, a atribuição das classificações de <i>ratings</i> de acordo com as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco de cada cliente.• Recalculamos a provisão para perdas esperadas da carteira de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como <i>ratings</i> mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior <i>rating</i> para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito.• Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.</p>

Mensuração e avaliação da titularidade dos direitos creditórios e precatórios

Veja as notas 4j e 9.a das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2024 o Banco detinha direitos creditórios e precatórios, no valor de R\$ 8.730.745, que são precificados com base na previsibilidade de recebimento atrelada ao deságio relativo para a renda pretendida durante o fluxo previsto para liquidação.</p> <p>A mensuração dos direitos creditórios e precatórios envolve o preço de aquisição deduzido do valor do deságio e incertezas sobre o andamento dos processos e performance de pagamento de cada ente devedor, que podem impactar na estimativa do valor do ativo. Adicionalmente, a avaliação da titularidade dos direitos creditórios e precatórios pode ser complexa devido a vários aspectos, incluindo questões processuais, a extensão e rastreabilidade dos documentos, as transferências dos títulos, cuja atualização pode não ser tempestiva e o acesso às informações.</p> <p>Consideramos a mensuração e a avaliação da titularidade dos direitos creditórios e precatórios como um principal assunto para a nossa auditoria, devido à relevância dos montantes e dos julgamentos envolvidos quanto aos aspectos formais e processuais atrelados à titularidade dos direitos creditórios e precatórios, bem como para mensuração do ativo, além das incertezas de suas realizações futuras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <p>Com o auxílio dos nossos especialistas de <i>legal services</i> com conhecimento e experiência no setor, avaliamos:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) os aspectos formais e processuais atrelados aos direitos creditórios e precatórios, com base nas confirmações obtidas dos assessores jurídicos externos do Banco;(ii) o andamento dos processos e a performance de pagamento de cada ente devedor; e(iii) a titularidade dos direitos creditórios e precatórios, por meio da inspeção de documentação suporte, que comprovam as cessões de todos os direitos creditórios e precatórios. <p>Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideramos todas as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração e a avaliação da titularidade dos direitos creditórios e precatórios, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.</p>

Efeitos de transações relacionadas aos investimentos em participações em coligadas e controladas

Veja as notas 4n, 16 e 33 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o Banco, após a obtenção das aprovações do Banco Central do Brasil, concluiu as aquisições de investimentos em controladas diretas e indiretas, sendo: (i) NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. (“NK 031”), controladora do Banco Voiter S.A. e coligadas e JK 031 Empreendimentos e Participações S.A. (“JK 031”) controladora do Banco Letsbank S.A. aprovado pelo Banco Central do Brasil em 11 de abril de 2024; e (ii) Will Holding Financeira Ltda., controladora da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e Will Produtos Ltda. aprovado pelo Banco Central do Brasil em 21 de agosto de 2024.</p> <p>A aquisição de investimentos exige sua avaliação no momento inicial, considerando determinados aspectos contábeis, que levaram o Banco a reconhecer ganho por compra vantajosa no montante de R\$ 435.556, decorrente da aquisição dos investimentos na NK 031 e JK 031, e cujo o laudo de alocação do preço de compra (PPA) está em elaboração.</p> <p>Além disso, foi reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, resultado de participação em coligadas e controladas no montante R\$ 474.387, decorrente de operações realizadas por estas investidas, principalmente relacionadas as operações de crédito, aplicações em cotas de fundos de investimento e reconhecimento de ativo fiscal diferido.</p> <p>Consideramos os efeitos de transações relacionadas aos investimentos em participações em coligadas e controladas como um principal assunto para nossa auditoria, devido à relevância dos montantes envolvidos para o resultado do Banco no exercício e aos julgamentos realizados nas avaliações dos impactos contábeis decorrentes das combinações de negócios.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação dos contratos relacionados às aquisições concluídas no período, bem como a documentação que suportou a conclusão sobre o registro de ganho por compra vantajosa;• Recálculo dos efeitos reconhecidos como resultado de participação em coligadas e controladas;• Avaliamos o planejamento do escopo de trabalho de auditoria realizado na companhia investida, com o objetivo de determinar os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos, assim como os resultados alcançados. <p>Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável os efeitos de transações relacionadas aos investimentos em participações em coligadas e controladas, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações

financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Guilherme Zuppo Ventura Diaz

Contador CRC 1SP294326/O-3

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria (“Coaud” ou “Comitê”) do Banco Master S.A. (“Banco” ou “Master”) é um órgão estatutário criado pela Assembleia Geral Extraordinária de 28 de dezembro de 2023, rerratificada pelas Assembleias de 26 de fevereiro e 26 de março de 2024, com seu Regimento Interno aprovado pela Diretoria em 03 de abril de 2024. O Comitê é um órgão auxiliar da Diretoria e independente dos demais órgãos da administração e/ou gestão, regido pelo Estatuto Social do Master, Resolução CMN nº 4.910/21 e seu Regimento Interno.

Atualmente é composto por três membros, dentre eles, dois membros independentes, eleitos pela Diretoria e homologados pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) em 29 de abril de 2024, com mandato de 05 (cinco) anos e que se encontram em pleno exercício de seus mandatos. São membros do Comitê: Sr. Erich Schumann (coordenador do Coaud e membro independente), Sr. Leandro Marra Romani (membro qualificado e independente) e Sr. Luiz Antônio Bull.

Estão sujeitos às deliberações e às recomendações do Comitê de Auditoria, as instituições pertencentes ao Conglomerado Prudencial do Banco Master, assim como os seus respectivos administradores, gestores, colaboradores, prestadores de serviços e parceiros. As atribuições do Coaud estão elencadas no seu Regimento Interno em conformidade com as exigências previstas na Resolução CMN nº 4.910/21 e no Estatuto Social do Master.

Atividades do Comitê de Auditoria no ano de 2024

O Comitê reuniu-se regularmente com os responsáveis pelas principais áreas do Banco e com as auditorias interna e independente, com vistas a dar cumprimento às suas atribuições.

Recomendações, orientações e acompanhamentos

O Comitê atua com autonomia no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento à Diretoria do Master no que concerne ao controle sobre a qualidade das demonstrações financeiras, visando a confiabilidade e integridade das informações e nos controles internos, apresentando ações para melhoria nos controles e redução de riscos. Em cada uma das reuniões o Comitê apresentou recomendações, orientações e realizou acompanhamentos nas principais áreas operacionais e de governança do Banco. Ressalta-se que apenas uma parte das recomendações feitas à administração foi efetivamente implementada, reiteramos a importância da adoção integral dessas recomendações, considerando seu impacto na robustez do ambiente de controles e na governança da instituição.

Conclusões e recomendações referentes às demonstrações financeiras

Os membros do Coaud, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as Demonstrações Financeiras individuais do Banco Master S.A., Banco Master de Investimento S.A., Banco Master Múltiplo S.A., Master S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, Banco Voiter S.A., Banco Letsbank S.A. e Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, acompanhadas do parecer da Auditoria Independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Considerando as informações prestadas pela administração e pela KPMG e nas atividades desenvolvidas no período, ponderadas suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê concluiu que as informações e documentos apresentados referentes às Demonstrações Financeiras individuais do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o Relatório da Administração, refletem as posições patrimoniais e financeiras das empresas, recomendando a manifestação favorável a Diretoria da Companhia em relação aos referidos documentos.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2025.

Erich Schumann - Coordenador do Comitê de Auditoria e membro independente

Leandro Marra Romani - Membro independente do Comitê de Auditoria

Luiz Antônio Bull - Membro do Comitê de Auditoria



ATIVO	Nota	2024	2023
DISPONIBILIDADES	5.	82.019	179.034
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		54.335.270	32.584.885
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	6.	384.511	601.002
Aplicações em operações compromissadas		64.997	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		319.514	559.856
Aplicações em moedas estrangeiras		-	41.146
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		29.472.932	14.654.634
Títulos e valores mobiliários	7. a	29.137.252	14.452.294
Instrumentos financeiros derivativos	7. c	335.680	202.340
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		2.575.379	1.700.343
Transações de pagamentos instantâneos		3.699	19.460
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	8.	2.571.680	1.680.882
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO		21.902.448	15.628.907
Operações de crédito	9. a	13.129.779	8.305.299
Operações de crédito vinculadas a cessão	9. a	186.062	455
Títulos e créditos a receber	9. a	9.165.469	7.818.276
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9. c	(578.862)	(495.123)
ATIVOS FISCAIS		980.459	488.492
Ativos fiscais correntes	15. a	53.577	117.555
Ativos fiscais diferidos	15. a	926.882	370.937
OUTROS ATIVOS		5.868.224	2.122.965
OUTROS CRÉDITOS		5.231.730	1.657.462
Carteira de câmbio	10. a	-	7.312
Rendas a receber	11.	29.558	-
Negociação e intermediação de valores		19.357	2.493
Devedores por depósito em garantia	22.c	11.564	6.704
Diversos	12. a	5.171.251	1.640.953
OUTROS VALORES E BENS		636.494	465.503
Ativos não financeiros mantidos para venda	13.	421.572	403.538
(-) Provisões para desvalorização de ativos não financeiros		(7.562)	(7.998)
Despesas antecipadas	14.	222.484	69.963
PERMANENTE		1.748.720	766.210
INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS	16. a/ b	1.636.107	761.375
IMOBILIZADO DE USO	17.	112.613	4.835
Direitos de uso		10.845	10.845
Outras imobilizações de uso		117.039	7.995
(-) Depreciações acumuladas		(15.271)	(14.005)
TOTAL DO ATIVO		63.014.692	36.141.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Nota	2024	2023
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		55.585.145	33.115.659
DEPÓSITOS	18.	49.859.524	30.534.128
Depósitos à vista		612.123	581.630
Depósitos interfinanceiros		18.373.297	3.156.197
Depósitos a prazo		30.874.104	26.796.301
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	19. a	1.765.040	925.025
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	20.	2.292.196	1.251.013
Recursos de letras financeiras, imobiliárias, de crédito e similares		2.292.196	1.251.013
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		66.439	44.590
Transações de pagamento		66.439	44.590
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		256.766	224.489
Ordens de pagamento em moedas estrangeiras		256.766	224.489
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	7. c	1.345.180	136.414
PASSIVOS FISCAIS	15. b	960.037	308.912
Passivos fiscais correntes		303.930	143.590
Passivos fiscais diferidos		656.107	165.322
PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES	22. c	13.137	4.514
OUTROS PASSIVOS		1.715.660	330.055
Negociação e intermediação de valores		64	6.060
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		16.023	45.444
Carteira de câmbio	10. a	15	7.466
Diversos		1.699.558	271.085
Obrigações por venda e transferência de ativos financeiros		187.443	2.442
Outros	12. b	549.787	251.667
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	21.	962.328	16.976
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.	4.740.713	2.382.446
Capital social		2.760.885	1.452.885
Reserva de lucros		2.015.061	964.550
Outros resultados abrangentes		(35.233)	(34.989)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		63.014.692	36.141.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2° semestre	2024	2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.198.769	7.259.519	5.439.630
Operações de crédito	25.	2.394.936	4.173.516	2.707.189
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7. b	1.231.517	2.458.891	1.664.721
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7. d	(982.620)	(1.638.413)	170.141
Resultado de operações de câmbio	10. b	99.959	182.258	70.770
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	24.	1.454.977	2.083.267	826.809
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.603.190)	(4.712.268)	(3.544.468)
Operações de captação no mercado	19. b	(2.603.190)	(4.712.268)	(3.544.468)
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		171.538	(262.603)	(392.953)
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9. g	171.538	(262.603)	(392.953)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.767.117	2.284.648	1.502.210
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(966.241)	(1.137.775)	(849.537)
Receitas de prestação de serviços		53.954	92.678	63.913
Rendas de tarifas bancárias		708	2.314	14.249
Despesas de pessoal	26.	(101.869)	(190.476)	(145.554)
Outras despesas administrativas	27.	(1.023.478)	(1.853.130)	(1.074.250)
Despesas tributárias	28.	(170.528)	(241.908)	(115.290)
Resultado de participação em coligadas e controladas	16. a	187.734	474.387	346.034
Outros resultados operacionais	29.	87.238	578.360	61.361
RESULTADO OPERACIONAL		800.876	1.146.873	652.672
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		2.065	2.329	(766)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		802.941	1.149.202	651.906
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	30.	(224.873)	(46.546)	(84.933)
Provisão para imposto de renda		(64.802)	(64.802)	(44.723)
Provisão para contribuição social		(52.099)	(52.099)	(36.765)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(107.972)	70.355	(3.445)
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO		(11.309)	(35.145)	(35.185)
RESULTADO LÍQUIDO		566.759	1.067.511	531.788

	2º semestre	2024	2023
RESULTADO LÍQUIDO	566.759	1.067.511	531.788
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO	3.012	(244)	(18.843)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	12.323	11.547	(12.929)
Efeito tributário	(5.545)	(5.196)	5.818
Outros resultados abrangentes em controladas	(3.766)	(6.595)	(11.732)
RESULTADO ABRANGENTE	569.771	1.067.267	512.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social		Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	
	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva Legal				Reserva especial de lucros
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.160.885	(25.000)	53.515	393.032	(16.146)	-	1.566.286
Aumento de capital	22.a	500.000	(183.000)	-	-	-	-	317.000
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(18.843)	-	(18.843)
Resultado líquido		-	-	-	-	-	531.788	531.788
Destinações:								
Juros sobre capital próprio	22.c	-	-	-	78.115	-	(91.900)	(13.785)
Reserva		-	-	21.994	417.894	-	(439.888)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.660.885	(208.000)	75.509	889.041	(34.989)	-	2.382.446
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.660.885	(208.000)	75.509	889.041	(34.989)	-	2.382.446
Cancelamento de aumento de capital	22.a	(500.000)	208.000	-	-	-	-	(292.000)
Aumento de capital		1.600.000	-	-	-	-	-	1.600.000
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(244)	-	(244)
Resultado líquido		-	-	-	-	-	1.067.511	1.067.511
Destinações:								
Juros sobre capital próprio	22.c	-	-	-	101.000	-	(118.000)	(17.000)
Reserva	22.b	-	-	53.376	896.135	-	(949.511)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.760.885	-	128.885	1.886.176	(35.233)	-	4.740.713
Saldos em 30 de junho de 2024		2.760.885	-	100.547	1.364.755	(38.245)	-	4.187.942
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	3.012	-	3.012
Resultado líquido		-	-	-	-	-	566.759	566.759
Destinações:								
Juros sobre capital próprio	22.c	-	-	-	101.000	-	(118.000)	(17.000)
Reserva	22.b	-	-	28.338	420.421	-	(448.759)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.760.885	-	128.885	1.886.176	(35.233)	-	4.740.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2º semestre	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado líquido		566.759	1.067.511	531.788
Ajustes ao lucro líquido		137.040	(560.971)	(291.614)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.g	(171.536)	262.604	390.372
Provisões/Reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - FIDC		(115.733)	(112.471)	(49.323)
Depreciações	27	452	1.266	2.904
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários		494.156	248.341	(334.243)
Resultado de participação em controladas	16	(187.734)	(474.387)	(346.034)
Ativo e passivo fiscal diferido	30	107.972	(70.355)	3.445
Participações no resultado		11.309	35.145	35.566
Outras provisões		4.099	1.551	3.327
(Ganhos)/Perdas na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		(1.830)	(1.832)	(876)
Constituição / (reversão) da provisão para contingências cíveis e trabalhistas	22.d	1.379	8.623	(2.927)
Aquisição coligadas e/ou investimentos		-	(435.555)	-
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(5.494)	(23.901)	6.175
Resultado ajustado		703.799	506.540	240.174
Variação de ativos e passivos		(1.499.241)	(2.718.845)	(742.307)
Aplicações interfinanceiras de liquidez		185.313	240.342	(187.336)
Títulos e valores mobiliários		(8.615.821)	(14.816.109)	(7.092.043)
Instrumentos financeiros derivativos		(50.949)	30.284	33.489
Operações de crédito e títulos com risco de crédito		(1.487.429)	(6.536.144)	(6.369.207)
Outros ativos		(2.127.454)	(4.620.013)	(1.640.339)
Depósitos		9.899.567	20.377.366	12.768.850
Captações no mercado aberto		85.821	840.015	417.231
Recursos de aceites e emissões de títulos		(416.364)	95.831	1.062.492
Obrigações fiscais e previdenciárias		247.406	265.000	139.466
Outros passivos		780.669	1.404.583	125.090
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais		(795.442)	(2.212.305)	(502.133)
Impostos pagos		-	(40.683)	(94.624)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado de uso		(98.611)	(109.044)	(1.395)
Aquisição coligadas e/ou investimentos		-	-	(17.492)
Aumento de capital em controladas		(45.000)	(45.000)	(2.181)
Dividendos		58.061	58.061	(15.340)
Alteração de participação		(5.936)	15.554	5.609
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de investimento		(91.486)	(80.429)	(30.799)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	23.a	-	1.308.000	500.000
Integralização de capital		-	-	(183.000)
Juros sobre o capital próprio		(17.000)	(17.000)	(91.900)
Emissão de letra financeira subordinada		694.773	945.352	-
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamento		677.773	2.236.352	225.100
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	5	(209.155)	(97.065)	(402.456)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		350.677	220.180	628.811
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		5.494	23.901	(6.175)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		147.016	147.016	220.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Master S.A. (“Banco Master”, “Banco”, “Master” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) que desenvolve as atividades de banco comercial por meio das carteiras comerciais e de câmbio. Suas controladas atuam em diversos segmentos do mercado com destaques para as atividades de gestão de recursos, operações no mercado de câmbio e de corretagem na B3, constituído na forma de sociedade anônima fechada, sediado na Pr. Botafogo, 228, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, e o local principal de seus negócios em São Paulo - SP.

Em 2024, o Banco passou a ser parte do segmento S3 do Banco Central. Essa mudança alinha a instituição às diretrizes regulatórias para bancos de porte médio, com exigências proporcionais de capital e liquidez. Com essa transição, reforça sua posição no mercado financeiro, mantendo seu compromisso com inovação e solidez para atender melhor seus clientes.

2. PLANO DE CAPITALIZAÇÃO

Em 2024 o Banco Master realizou aumento de capital no montante de R\$ 1.6 bilhões, sendo através de AGE realizada em 22 de abril 2024 – R\$ 1 bilhão e AGE de 31 maio de 2024 – R\$600 Milhões, estando a totalidade destes aumentos de capital homologado até a data da divulgação das demonstrações financeiras.

O Banco Master captou ao longo do ano 2024 o montante de R\$ 928 milhões em dívida subordinada – não conversível, de capital nível II. A captação tem como objetivo o reforço do capital prudencial.

Informamos, que em 2025, as dívidas subordinadas emitidas ao mercado foram adquiridas pelos acionistas e estão em aprovação junto ao BACEN para conversão em capital. Os acionistas mantêm esforços para o contínuo ritmo de capitalizações nos próximos anos, para que seja possível o plano de expansão do Master, impulsionado pelo crescimento dos ativos e pelas aquisições em curso.

Destacamos, na nota 34 – Eventos Subsequentes, maiores explicações sobre a venda de participação acionária do Master para o Banco de Brasília S/A - BRB.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco Master são de responsabilidade da Administração e foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações e com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, advindas da Resolução CMN nº 4.818/20, e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A demonstrações financeiras do Banco Master foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. Na data da emissão das presentes demonstrações financeiras individuais, a administração concluiu que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade do Banco Master de continuar operando nos próximos 12 meses, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Conforme divulgado, na nota explicativa 2 – plano de capitalização, o controlador do Banco Master já promoveu aumento de capital e, possui compromisso e capacidade de exercer suporte financeiro integral às atividades operacionais, de investimento e de financiamento do Banco e suas controladas, bem como, caso a operação seja concretizada, de todas as entidades remanescentes, por pelo menos um ano após 31 de março de 2025.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi dada pela Diretoria em 01 de abril de 2025.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas são:

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco.

b) Apuração do resultado

A apuração de resultado é realizada pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser apropriadas aos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata *temporis*, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Master para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários do Banco são classificados nas categorias “títulos para negociação”, “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento”.

Para negociação: são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Tais títulos são considerados no circulante independente do prazo de vencimento do título.

Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“*accrued*”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários; e

Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a instituição tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular nº 3.068/01.

f) Mensuração do valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela diretoria, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. De acordo com a Circular nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da diretoria para fins ou não de proteção (“*hedge*”) e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, estes são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

g) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*), seguindo as premissas da Circular BCB nº 3.082/2002.

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas, reconhecidas diretamente na demonstração de resultados.

Hedge de risco de mercado

O Master possui estratégias de *hedge* de risco de mercado. A Instituição documenta, no início da transação de *hedge*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, bem como seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco.

O *hedge* é avaliado em base contínua determinando como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das demonstrações financeiras para o qual foi designado.

Para essas operações são aplicadas as seguintes práticas:

- O ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado.
- O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco designado deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido e os critérios de *hedge* contábil não forem mais atendidos ou caso a designação seja revogada deve-se descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

h) Requisitos mínimos no processo de apreçamento de instrumentos financeiros (Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos)

A Resolução CMN nº 4.277/13, dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que tratam a Resolução incluem:

- Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos para negociação” e “títulos disponíveis para venda”, conforme a Circular BCB nº 3.068/01;
- Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular BCB nº 3.082/02; e
- Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução nº 4.557, de 23/2/2017.

De acordo com esta Resolução, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o *spread* de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

i) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito referente a operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, inclusive avais e fianças prestadas, é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/99, considerando-se a classificação das operações de crédito e de outros ativos financeiros em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída.

A classificação das operações com características de operações de crédito é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias envolvidas.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos 6 meses contados a partir da classificação no *rating* H, desde que apresentem atraso superior a 180 dias.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

As renegociações registradas como prejuízo e controladas em contas de compensação são classificadas como de *rating* H. Eventuais ganhos auferidos por ocasião da renegociação são apropriados ao resultado quando efetivamente recebidos. A reclassificação para categoria de menor risco é realizada quando há amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

j) Títulos e crédito a receber - precatórios

Precatórios são requisições de pagamentos expedidos pelo Poder Judiciário para cobrar de Municípios, Estados ou União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. Os precatórios são adquiridos pelo Banco após detido estudo a despeito das regulamentações vigentes, estoque de dívida e performance de pagamento de cada ente devedor, extensão e rastreabilidade dos documentos e informações dos títulos e suas transferências. Em paralelo, o ativo é alvo de análise que contempla sobretudo questões processuais e avaliação de risco do cedente.

A precificação dos precatórios contempla a previsibilidade de recebimento atrelada ao deságio relativo para a renda pretendida durante o fluxo previsto para liquidação. Eventualmente, o fluxo poderá ser distinto da previsão, em decorrência da consolidação das metas orçamentárias dos entes devedores. O valor presente contábil é calculado com base no preço de aquisição, acrescido da apropriação mensal de renda relativa ao prazo e deduzido do valor do deságio, bem como dos índices de atualização monetária e demais encargos legais, de acordo com a legislação vigente aplicável ao caso.

k) Baixa de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.
- **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- **Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios:** devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

As provisões para operações de crédito seguem os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

A Resolução CMN nº 4.966, de 25/11/2021, que alterou o registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir de 1 de janeiro de 2025, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência. As operações de cessão de créditos classificadas como “retenção substancial dos riscos e benefícios” permanecem registradas no ativo em sua totalidade. Os valores recebidos na operação são registrados no

ativo com contrapartida no passivo referente à obrigação assumida. As receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação. Os créditos cedidos sem “retenção substancial dos riscos e benefícios” são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão vide nota explicativa 23.

l) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica “Outras despesas administrativas”.

m) Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

- **Operações de câmbio** - Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.
- **Negociação e intermediação de valores** - Os saldos são demonstrados pelos valores das operações de compra ou venda de instrumentos financeiros realizados junto às bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo previsto pela legislação em vigor.

n) Permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

Investimentos em participações em controladas e coligadas

Investimentos que possuem controle ou influência significativa são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Há a presunção de influência significativa em investimentos onde há participação de 20% ou mais no capital votante e controle onde há participação de 50% ou mais no capital votante.

Imobilizado de uso

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: edificações, 4%, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, 10% e sistema de processamento de dados, 20%.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

p) Captações no mercado aberto

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "Captações no mercado aberto".

q) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

r) Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

s) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma:

Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da diretoria, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.

Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições.

Provisão para imposto de renda e contribuição social

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido. O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O componente diferido, representado pelos ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na demonstração do resultado em imposto de renda e contribuição social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, tais como: o imposto sobre a mensuração ao valor justo de títulos disponíveis para venda. Posteriormente estes itens são reconhecidos no resultado na realização do ganho/perda dos instrumentos.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na demonstração do resultado no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica outras despesas administrativas.

As alíquotas dos tributos, bem como suas bases de cálculo estão detalhadas na Nota 29.

t) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas na determinação de valores de ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: provisão para perdas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências e valorização a mercado de determinados títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

u) Resultados não recorrentes

A Resolução BCB nº 2/20, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. De acordo com os critérios internos de avaliação, define-se como resultado não corrente do período, o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. O resultado recorrente por sua vez corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos períodos futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão apresentados na nota explicativa 32.

v) Adoção de Novas Normas e Interpretações

Normas e interpretações com vigência após 31 de dezembro de 2024

Nas demonstrações financeiras preparadas na data-base de 31 de dezembro de 2024, as normas e interpretações a seguir, com data de adoção efetiva posterior à data-base destas demonstrações financeiras e ainda não adotadas pelo Banco Master S.A. ("Banco

Master", "Banco" ou "Master"), incluem a Resolução CMN nº 4.966 de 25 de novembro de 2021, a Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023 e quaisquer normas complementares.

Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução CMN nº 4.966, a qual introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, aproximadas aos princípios estabelecidos no *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") 9. A nova resolução substitui as resoluções e circulares do BACEN que direcionavam a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros e da provisão para devedores duvidosos, como a Resolução CMN nº 2.682/99 – que estabelecia a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das instituições financeiras desde 1999 – e também as circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03 (emitidas pelo BACEN), aplicáveis aos títulos e valores mobiliários.

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que as instituições financeiras devem avaliar seus instrumentos financeiros, classificá-los e mensurá-los de acordo com as regras de negócio estabelecidas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos, a resolução requer que as instituições mensurem suas provisões para créditos com base no conceito de perda esperada, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a mensurar em períodos subsequentes.

Em 2023, as Resoluções CMN nº 5.100 e BCB nº 352 foram emitidas, sendo complementares à CMN nº 4.966/21, e dispõem de diretrizes adicionais, como por exemplo, tratamento às seguintes matérias:

- Aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros.
- Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.
- Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras.
- Reconhecimento de custos de transação imateriais.
- Apropriação de receita.

Essas resoluções visam fornecer orientações mais detalhadas e abrangentes para as instituições financeiras em relação à contabilização e divulgação de informações sobre instrumentos financeiros.

1) Modelo Proposto da Resolução CMN nº 4.966/21 e normas correlatas

a) Classificação de Instrumentos Financeiros

O critério de classificação dos Ativos Financeiros dependerá, tanto do modelo de negócio para sua gestão, como das características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de "Somente Pagamento de Principal e Juros" (SPPJ). Com base no supracitado, os ativos financeiros serão classificados conforme as seguintes categorias:

- i. **Custo Amortizado ("CA"):** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- ii. **Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"):** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- iii. **Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR"):** utilizada para ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias acima.

As orientações existentes de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado permaneceram inalteradas, sem a introdução de novas designações. Os ativos financeiros classificados nas categorias especificadas acima não geraram efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Com relação aos passivos financeiros, a classificação continua essencialmente sem alterações relevantes em relação à norma atual. Os impactos decorrentes da adoção da Resolução quanto à classificação dos ativos e passivos financeiros estão detalhados no quadro "**Classificação de ativos e passivos financeiros na adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21**" na seção abaixo.

A partir de janeiro de 2025, os ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado serão reconhecidos utilizando o método da Taxa Efetiva de Juros ("TEJ"). Isso significa considerar receitas e despesas de originação para a apropriação dos juros dos instrumentos financeiros. No entanto, as operações de crédito originadas até 31 de dezembro de 2024 continuarão a ser reconhecidas pela taxa contratual estipulada nos respectivos contratos durante sua vigência.

Referente as operações de créditos classificadas na categoria custo amortizado, o Banco Master optou, para a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação ou na emissão do instrumento financeiro, realizar o processo seguindo o método completo de apropriação às receitas contratuais; e, adicionalmente, com o reconhecimento dos custos imateriais no período, conforme disposto no art. 13 da Resolução BCB nº 352/23.

b) Modelo de perda esperada por risco de crédito

A Resolução CMN nº 4.966/21 instituiu o conceito de perda esperada para a mensuração da provisão para perdas de crédito, diferentemente da norma vigente até 31 de dezembro de 2024 que utiliza o conceito de perdas incorridas, aplicando-se um percentual sobre o saldo em aberto conforme a classificação em níveis de rating (AA para menor risco, até H para maior risco). A norma indica duas formas de cálculo para a perda esperada: completa ou simplificada. O Banco Master está enquadrado no segmento S3 na classificação prudencial instituída pelo Banco Central, desta forma a metodologia a ser aplicada é a completa, não sendo alcançado pelo disposto no Art. 50 da CMN nº 352/23.

Os eventos de perda devem afetar adversamente os fluxos de caixa futuros esperados do ativo, os quais podem ser estimados com confiabilidade, ou seja, as perdas incorridas são avaliadas com base em informações razoáveis e sustentáveis sobre eventos passados e condições atuais. De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21, a expectativa de eventos futuros e condições econômicas também devem ser consideradas de forma quantitativa e qualitativa na mensuração das provisões para perda dos instrumentos financeiros.

A norma, define que as operações devem ser classificadas nos estágios 1, 2 e 3, sendo a métrica de alocação em cada estágio da forma a seguir:

- Estágio 1: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 (doze) meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 (doze) meses;
- Estágio 2: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro; e
- Estágio 3: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

Neste sentido, a administração avaliou que há evidências objetivas quanto a perda pelo valor recuperável em operações que possuem atraso igual ou superior a 90 dias.

O escopo de aplicação do modelo de perda esperada tem aplicação mais extensiva do que o modelo de perda incorrida utilizado até dezembro de 2024, aplicando-se sobre instrumentos financeiros classificados nas categorias Custo Amortizado e sobre os instrumentos de dívida classificados na categoria Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.

c) Definição de Ativo Problemático e Stop Accrual

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21 um ativo é considerado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando incorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Adicionalmente, devido a um dos indicadores de ativo problemático ser o atraso superior a 90 dias, entende-se que é explicitamente vedado o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a esses ativos após o período de atraso indicado.

Este critério será aplicado prospectivamente, sem efeitos materiais na adoção inicial.

d) Baixa de Ativo Financeiro

Um ativo financeiro deve ser baixado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966, quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro encerrarem ou quando o ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa.

e) Hedge Accounting

Os requisitos de *Hedge Accounting* estabelecem a representação, nas demonstrações financeiras, do efeito da gestão de riscos de uma instituição no que tange à utilização de instrumentos financeiros para a gestão das exposições que afetam os resultados da entidade.

Ressalta-se que as operações de *hedge* devem ser reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027 para as novas categorias descritas abaixo:

- *Hedge* de valor justo;
- *Hedge* de fluxo de caixa;
- *Hedge* de investimento líquido no exterior.

f) Impostos Correntes e Diferidos

A Lei nº 14.467, publicada em 16 de novembro de 2022, estabelece o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 2025. Desta forma, os artigos 9º, 9ºA e 10 a 12 da Lei n.º 9.430/1996 não serão mais se aplicáveis às instituições financeiras, no que se refere a dedutibilidade das perdas, aos encargos financeiros de créditos vencidos e aos créditos recuperados.

2) Resolução CMN nº 4.975/21 – Arrendamentos

A Resolução CMN nº 4.975/21 em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelece critérios sobre a classificação, mensuração e contabilização de operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na condição de arrendadora e de arrendatária. A norma autoriza a aplicação do CPC 06 R2 – Arrendamentos para as instituições financeiras e faculta a sua aplicação para contratos com início anterior a data de entrada em vigor da norma. Dessa forma, O Banco Master optando pela faculdade permitida pela norma, não incorrerá em ajustes de adoção inicial neste tema.

3) Resolução CMN nº 5.146 de 26/6/2024

Esta altera a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

4) Instrução Normativa BCB nº 464

Esclarece os critérios a serem observados na estimação dos parâmetros para mensuração da perda esperada associada ao risco de crédito de que tratam a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023.

A administração optou pela não adoção antecipada no que tange as novas atualizações emitidas, e até o presente momento não identificou possíveis impactos materiais.

Impactos Estimados da Adoção das Novas Normas

As estimativas dos impactos da implementação da regulação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/21 sobre o resultado e a posição financeira da instituição são apresentadas pelos quadros a seguir:

Conciliação do Patrimônio Líquido	
Patrimônio líquido antes dos ajustes estimados provenientes da adoção da Resolução CMN nº 4.966 - 31/12/2024	4.741
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(398)
Patrimônio líquido após ajustes da Resolução CMN nº 4.966 - 01/01/2025	4.343

Provisão para Perdas	
R\$ milhões	2.385
Saldo da provisão - Operações de Crédito em 31/12/2024	1.663
Efeito da adoção inicial Res. CMN nº 4.966	722

Novo Padrão Contábil – COSIF: A partir de 1º de janeiro de 2025, o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil – COSIF será reformulado através do novo plano de contas, com as novas rubricas elencadas nas Instruções Normativas BCB nºs 426 a 433, alteradas pelas Instruções Normativas BCB nºs 493 a 500. Além disso, a Resolução BCB nº 390 de 12 de junho de 2024 revisou a Resolução BCB nº 92 e prevê novas regras para o plano de contas COSIF a partir de 1º de janeiro de 2030.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Banco define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

	2024	2023
Disponibilidades	82.019	179.034
Caixa	421	557
Reserva bancária	678	6.711
Moeda estrangeira (i)	80.920	171.766
Aplicações interfinanceiras de liquidez	64.997	41.146
Total	147.016	220.180

(i) Valores depositados no exterior prioritariamente nas moedas dólar e euro.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Papéis/Vencimento	2024				2023			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Valor de mercado (contábil)	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Valor de mercado (contábil)
Aplicações em operações compromissadas	64.997	-	-	64.997	-	-	-	-
Posição bancada								
Posição Bancada - Letras financeiras do tesouro - LFT	7.561	-	-	7.561	-	-	-	-
Posição financiada								
Posição Financiada - Letras financeiras do tesouro - LFT	57.436			57.436				-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	14.454	305.060	319.514	-	100.131	459.725	559.856
Aplicações em moedas estrangeiras	-	-	-	-	41.146	-	-	41.146
Total	64.997	14.454	305.060	384.511	41.146	100.131	459.725	601.002
Circulante				79.451				141.277
Não circulante				305.060				459.725

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os títulos privados estão registrados e custodiados na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e os títulos públicos registrados e custodiados na SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores ou através de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxas de descontos obtidas através de dados observáveis de mercado. As aplicações em cotas de fundos de investimento são registradas pelo valor de aquisição e atualizadas pelos respectivos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos.

a) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Papel/Vencimento	Nível						2024	
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado (contábil)	Custo amortizado
Títulos para negociação								
Cotas de fundos de investimento - FIDCs (i)	2	761.303	2.224.176	5.832.459	85.983	1.298.386	10.202.307	10.202.307
Cotas de fundos de investimento - FIM	2	2.324.437	1.192.267	2.705.493	1.976.121	-	8.198.318	8.198.318
Cotas de fundos de investimento - FIA	2	568.891	-	257.695	-	-	826.586	826.586
Cotas de fundos de investimento - FII	2	-	-	292.925	-	-	292.925	292.925
Cotas de fundos de investimento - FIP	2	-	-	39.595	-	-	39.595	39.595
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	47.335	48.023	397.261	65.151	1.066.006	1.623.776	1.624.037
Aplicações em títulos e valores mobiliários no exterior	2	1.924.806	-	-	-	-	1.924.806	1.924.806
Letras do tesouro nacional - LTN	1	90	-	676.655	149.643	193.627	1.020.015	1.075.323
Notas do tesouro nacional - NTN	1	-	88.827	942	4.942	547.110	641.821	677.046
Ações de companhias abertas	1	18.024	-	-	-	-	18.024	18.024
Total de títulos para negociação		5.644.886	3.553.293	10.203.025	2.281.840	3.105.129	24.788.173	24.860.943
Títulos mantidos até o vencimento								
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	2	-	-	2.676.657	-	1.672.422	4.349.079	4.349.078
Títulos mantidos até o vencimento		-	-	2.676.657	-	1.672.422	4.349.079	4.349.078
Total de títulos e valores mobiliários		5.644.886	3.553.293	12.879.682	2.281.840	4.777.551	29.137.252	29.210.021
Circulante							9.198.179	
Não circulante							19.939.073	

								2023
Papel/Vencimento	Nível	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado (contábil)	Custo amortizado
Títulos disponíveis para venda								
Debêntures	2	-	36.394	-	-	-	36.394	36.913
Total de títulos disponíveis para venda		-	36.394	-	-	-	36.394	36.913
Títulos para negociação								
Cotas de fundos de investimento - FIDCs (i)	2	1.488.284	851.453	2.529.848	892.451	775.025	6.537.061	6.537.061
Cotas de fundos de investimento - FIM	2	2.297.194	122.290	8.504	1.800.974	-	4.228.962	4.228.962
Cotas de fundos de investimento - FIA	2	436.547	-	-	-	-	436.547	436.547
Cotas de fundos de investimento - FII	2	245.066	-	-	18.229	-	263.295	263.295
Cotas de fundos de investimento - FIP	2	39.645	-	-	-	-	39.645	39.645
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	25.428	205.597	273.869	693.421	98.744	1.297.059	1.297.025
Aplicações em títulos e valores mobiliários no exterior	2	1.085.283	-	-	-	-	1.085.283	1.085.283
Letras do tesouro nacional - LTN	1	10.680	76.095	315.848	-	-	402.623	401.225
Notas do tesouro nacional - NTN	1	-	379	-	45.441	79.605	125.425	125.042
Total de títulos para negociação		5.628.127	1.255.814	3.128.069	3.450.516	953.374	14.415.900	14.414.085
Total de títulos e valores mobiliários		5.628.127	1.292.208	3.128.069	3.450.516	953.374	14.452.294	14.450.998
Circulante							6.920.335	
Não circulante							7.531.959	

(i) Em 31 de dezembro de 2024 incluem provisões adicionais para perdas esperadas no montante de R\$ 22.720 (R\$ 18.379 em 31 de dezembro de 2023).

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com títulos e valores mobiliários registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	2º semestre	2024	2023
Rendas de fundos de investimento - FIM	599.587	872.231	216.166
Rendas de fundos de investimento - FIDCs	553.164	885.557	1.174.127
Rendas de fundos de investimento - FIA	289.257	289.257	-
Rendas de fundos de investimento - FII	1.023	2.003	2.742
Rendas de fundos de investimento - FIP	50	(17)	(30.687)
Títulos e valores mobiliários no exterior	220.783	425.821	(55.103)
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	29.289	64.834	57.318
Títulos de renda fixa	69.424	97.904	(32.691)
Títulos de renda variável	(531.060)	(178.700)	332.849
Total	1.231.517	2.458.891	1.664.721

c) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos

I. Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: *Value at risk* (VAR), sensibilidade, risco de liquidez e cenários de *stress*. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela administração.

Os instrumentos financeiros derivativos representam contratos acordados com diversas contrapartes para administrar nossa exposição global, em especial, a administração da exposição cambial.

II. Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, o Master utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pelas bolsas especializadas. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados base para utilização nos modelos de apuração dos valores justos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão e títulos pouco líquidos.

III. Composição da carteira por vencimento

							2024	
	Nível	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo	Valor de Referência
Ativo								
Swap	2	-	32.160	303.448	-	-	335.608	838.443
NDF	2	72	-	-	-	-	72	1.062
Total		72	32.160	303.448	-	-	335.680	839.505
Circulante							32.232	
Não circulante							303.448	
Passivo								
Swap	2	1.327	187.543	334.540	488.806	309.033	1.321.249	6.255.052
NDF	2	23.931	-	-	-	-	23.931	1.710.278
Total		25.258	187.543	334.540	488.806	309.033	1.345.180	7.965.330
Circulante							212.801	
Não circulante							1.132.379	

	Nível						2023	
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo	Valor de Referência
Ativo								
Swap	2	-	32.979	24.612	123.732	17.764	199.087	2.303.422
NDF	2	3.253	-	-	-	-	3.253	212.060
Total		3.253	32.979	24.612	123.732	17.764	202.340	2.515.482
Circulante							36.232	
Não circulante							166.108	
Passivo								
Swap	2	-	1.142	48.346	81.094	1.163	131.745	1.132.308
Opções	2	-	4.669	-	-	-	4.669	1.000.000
Total		-	5.811	48.346	81.094	1.163	136.414	2.132.308
Circulante							5.811	
Não circulante							130.603	

IV. Composição da carteira por indexador

	2024		2023	
	Valor de Referência	Valor justo	Valor de Referência	Valor justo
Swap - Risco de mercado				
Ativo				
IPCA x CDI	-	-	51.808	713
Pré x CDI	838.443	178.702	2.051.512	165.395
CDI	-	156.906	200.102	32.979
Passivo				
IPCA x CDI	381.483	35.461	391.866	8.978
Pré x CDI	5.873.569	1.162.930	740.442	122.767
CDI	-	122.858	-	-
Opções				
Passivo				
CDI	-	-	1.000.000	4.669
NDF				
Ativo				
Índice - DOL*	1.062	72	-	-
Passivo				
Índice - DOL*	1.710.278	23.931	212.060	3.253
Total ativo	839.505	335.680	2.515.482	202.340
Total passivo	7.965.330	1.345.180	2.132.308	136.414

* Contrato em US\$

V. Hedge accounting

Hedge de risco de mercado: Hedge da carteira de captação – CDB

O Master possui estruturas de *hedge* de risco de mercado. Estas posições são estruturas de *hedge* das exposições de captações indexadas a juros pré-fixados e ao IPCA, a fim de converter estas posições ao CDI.

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo o ganho ou perda reconhecido no resultado. O objeto de *hedge* é ajustado ao valor de mercado, sendo a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações reconhecida no resultado. Quando o instrumento de *hedge* expirar ou for negociado ou em caso de descontinuação do *hedge* contábil, qualquer ajuste do objeto de *hedge* é contabilizado diretamente no resultado.

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido pela Circular nº 3.082/02. O Master mantém a sua estrutura de *hedge* seguindo os requisitos dessa norma.

	2024			
	Valor de referência	Valor de Curva	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Instrumento de Hedge				
Contratos de <i>swap</i> - Pré x DI	5.739.019	(23.864)	(976.409)	(952.544)
Contratos de <i>swap</i> - IPCA x DI	381.482	(16.980)	(35.461)	(18.481)
Total	6.120.501	(40.844)	(1.011.870)	(971.025)
Objeto de Hedge				
Captações		(6.948.021)	(5.983.461)	964.560
Total		(6.948.021)	(5.983.461)	964.560

	2023			
	Valor de referência	Valor de Curva	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Instrumento de Hedge				
Contratos de <i>swap</i> - Pré x DI	2.235.636	(18.500)	60.793	79.293
Contratos de <i>swap</i> - IPCA x DI	443.674	(16.567)	(8.265)	8.302
Total	2.679.310	(35.067)	52.528	87.595
Objeto de Hedge				
Captações		(2.859.350)	(2.946.760)	(87.410)
Total		(2.859.350)	(2.946.760)	(87.410)

d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º semestre	2024	2023
<i>Swap</i>	(746.774)	(1.129.346)	106.935
NDF	(108.927)	(244.847)	29.230
Opções	(71.150)	(137.848)	(38.590)
Futuro	(55.769)	(126.372)	72.566
Total	(982.620)	(1.638.413)	170.141

8. DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

	2024	2023
Recursos a prazo	2.559.805	1.674.342
Operações de microfinanças	10.875	5.540
Depósitos de moeda eletrônica	1.000	1.000
Total	2.571.680	1.680.882
Circulante	2.571.680	1.680.882
Não circulante	-	-

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

a) Composição da carteira por tipo de operação

	2024	2023
Empréstimos (<i>corporate</i>)	10.049.706	4.593.428
Títulos e crédito a receber (1)	8.748.751	7.645.415
Consignado (i)	919.506	2.551.226
Crédito pessoal	1.079.002	583.613
Cartão de crédito	1.056.002	497.691
Conta garantida	559.578	179.138
Financiamentos habitacionais	15.617	34.362
<i>Home Equity</i>	28.186	15.873
Financiamento de BNDU	15.406	15.406
Financiamento imobiliário	4.656	7.423
Cessão carteira FIDC	355	455
Outros créditos	4.545	-
Total	22.481.310	16.124.030
Circulante	3.547.619	2.686.101
Não circulante	18.933.691	13.437.929

(i) Carteira com maior volume de cessão no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

a.1) Títulos e crédito a receber - precatórios

	2024	2023
Direitos creditórios	8.571.904	7.478.242
Federal	8.571.904	7.478.242
Precatórios	158.842	148.698
Estadual	96.729	92.935
Municipal	62.113	55.763
Total	8.730.745	7.626.940

(1) Títulos e créditos a receber está composto prioritariamente por valores a receber oriundos de precatórios e de direitos creditórios adquiridos pelo Banco. Os títulos adquiridos possuem laudos periciais jurídicos e contábil, que suportam os registros contábeis e compõem a análise interna atrelada, sobretudo a questões processuais e avaliação de risco do cedente, para a aquisição e definição do preço.

O valor presente contábil é apresentado pelo custo amortizado, e está calculado com base no preço de aquisição, acrescido da apropriação mensal de renda relativa à correção objeto da ação, descontando o deságio, bem como dos índices de atualização monetária (indexador Selic conforme Lei nº 14.375/22), e demais encargos legais, de acordo com a legislação vigente aplicável ao caso.

Na carteira de títulos e crédito a receber - precatórios do Banco Master existem créditos que encontram-se em fase de discussões, no entanto, todos os processos possuem decisões favoráveis transitadas em julgado, não sendo processualmente viável, em obediência ao ordenamento jurídico, qualquer discussão que modifique o que foi decidido pelo Poder Judiciário competente. Dessa forma, os processos estão em fase de Cumprimento de Sentença ou Liquidação de Sentença, possuindo laudos técnicos emanados por Peritos Judiciais que atestam a existência de valores indenizáveis, inclusive homologados por decisão do Poder Judiciário. Portanto, o Banco Master possui em seu balanço créditos que possuem legitimidade, viabilidade e materialidade.

b) Composição da carteira por vencimento

Prazo	2024					
	A vencer		Vencidos		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 3 meses	1.044.447	4,7	135.560	47,2	1.180.007	5,2
De 3 a 12 meses	2.219.121	10,0	148.493	51,7	2.367.614	10,5
De 1 a 3 anos	5.593.079	25,2	3.197	1,1	5.596.276	24,9
De 3 a 5 anos	4.552.025	20,5	-	-	4.552.025	20,2
De 5 a 15 anos (i)	8.785.388	39,7	-	-	8.785.388	39,2
Total	22.194.060	100	287.250	100	22.481.310	100

Prazo	2023					
	A vencer		Vencidos		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 3 meses	1.196.420	7,5	55.622	39,8	1.252.042	7,8
De 3 a 12 meses	1.363.327	8,5	70.732	50,6	1.434.059	8,9
De 1 a 3 anos	3.271.239	20,5	13.472	9,6	3.284.711	20,4
De 3 a 5 anos	2.190.117	13,7	-	-	2.190.117	13,6
De 5 a 15 anos (i)	7.963.101	49,8	-	-	7.963.101	49,4
Total	15.984.204	100	139.826	100	16.124.030	100

(i) Composto principalmente por precatórios e direitos creditórios representados em a.1.

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de risco	2024				
	% Provisão	A vencer	Vencidos	Total	Provisão
AA	0,0%	8.571.903	-	8.571.903	-
A	0,5%	2.074.902	5.296	2.080.198	11.986
B	1,0%	2.219.410	47.707	2.267.117	20.906
C	3,0%	8.894.714	111.434	9.006.148	270.184
D	10,0%	231.445	7.733	239.178	23.918
E	30,0%	44.436	13.932	58.368	17.510
F	50,0%	19.042	10.980	30.022	15.011
G	70,0%	19.698	10.398	30.096	21.067
H	100,0%	118.510	79.770	198.280	198.280
Total		22.194.060	287.250	22.481.310	578.862

					2023
Nível de risco	% Provisão	A vencer	Vencidos	Total	Provisão
AA	0,0%	7.496.718	-	7.496.718	-
A	0,5%	2.810.941	6.048	2.816.989	14.079
B	1,0%	483.904	7.360	491.264	4.912
C	3,0%	4.385.891	16.517	4.402.408	132.072
D	10,0%	391.378	6.857	398.235	39.823
E	30,0%	252.691	13.997	266.688	80.006
F	50,0%	23.761	7.708	31.469	15.734
G	70,0%	28.469	10.737	39.206	27.444
H	100,0%	110.451	70.602	181.053	181.053
Total		15.984.204	139.826	16.124.030	495.123

d) Composição da carteira de crédito por setor econômico

	2024	2023
Público (i)	8.730.745	7.626.940
Financeiro	3.177.636	1.186.286
Pessoa Física	3.149.792	3.401.916
Serviços	2.174.604	913.578
Construção	1.658.768	1.206.665
Indústria	1.472.293	1.176.553
Comércio	1.111.218	409.729
Educação	512.856	-
Outros	493.398	202.363
Total	22.481.310	16.124.030

(i) Composto por precatórios e direitos creditórios, conforme detalhamento na Nota a.1.

e) Composição da carteira de crédito por indexador

	2024	2023
Pré fixada + Pós fixada	8.792.664	5.250.744
Pós fixada	8.400.699	7.627.132
Pré fixada	5.287.947	3.246.154
Total	22.481.310	16.124.030

f) Composição da carteira de crédito por concentração - exceto carteira de precatórios

	2024		2023	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
10 maiores devedores	5.365.454	39,0	3.417.897	40,2
11 - 20 maiores devedores	3.670.697	26,7	1.353.366	15,9
21 - 50 maiores devedores	2.527.450	18,1	537.712	6,3
51 -100 maiores devedores	139.237	1,0	237.548	2,8
Demais clientes	2.047.728	15,0	2.950.567	34,7
Total	13.750.566	100	8.497.090	100

g) Movimentação das provisões para operações de crédito e outros créditos, conforme Resolução nº 2.682/99

	2º semestre	2024	2023
Saldo inicial	820.505	495.123	227.722
Constituição/reversão	(171.520)	262.621	390.372
Créditos baixados como prejuízo	(70.123)	(178.882)	(53.155)
Saldo final	578.862	578.862	495.123

h) Recuperação de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$ 19.528 (R\$ 6.689 em 31 de dezembro de 2023).

i) Renegociação de contratos

Em 31 de dezembro de 2024 existiam contratos renegociados no valor de R\$ 337.698, e R\$ 185.395 no 2º semestre de 2024 (R\$ 384.286 em 31 de dezembro de 2023). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações. O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito.

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição da carteira

	Outros ativos		Outros passivos	
	2024	2023	2024	2023
Direitos sobre venda de câmbio	-	4.895	-	-
Câmbio comprado a liquidar	-	2.517	-	-
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	-	(100)	-	-
Câmbio vendido a liquidar	-	-	-	4.947
Obrigações por compras de câmbio	-	-	-	2.507
Valores em moedas estrangeiras a pagar	-	-	15	12
Total	-	7.312	15	7.466
Circulante	-	7.312	15	7.466
Não circulante	-	-	-	-

b) Resultado de operações de câmbio

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com operações de câmbio registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	2º semestre	2024	2023
Rendas de disponibilidades em moedas estrangeiras	65.316	145.787	87.665
Financeiro	19.919	25.617	1.938
Importação	21	43	123
Exportação	5	16	14
Variações e diferenças de taxas	14.699	10.796	(18.970)
Total	99.959	182.258	70.770

11. RENDAS A RECEBER

	2024
Dividendos a receber (i)	29.558
Total	29.558
Circulante	29.558
Não circulante	-

(i) Dividendos a receber provenientes da participação na controlada NK 031 Holding, controladora do Banco Voiter, adquirido pelo Banco Master em 2024.

12. ATIVOS E OUTROS PASSIVOS – DIVERSOS

a) Outros ativos – diversos

	2024	2023
Valores a receber de vendas de ativos de crédito (i)	3.658.460	1.227.766
Devedores diversos - país e exterior (iii)	1.415.823	336.795
Aquisição de participação (ii)	57.910	63.987
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	38.584	12.146
Adiantamentos e antecipações salariais	474	259
Total	5.171.251	1.640.953
Circulante	5.171.251	1.640.953
Não circulante	-	-

(i) Refere-se prioritariamente a venda de ativos de crédito quais sejam, carteiras de crédito consignados e outros créditos, e precatórios, cujo recebimentos encontram-se em curso. Os saldos apresentados encontram-se líquidos de Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 262.886 (R\$ 107.374. em 31 dezembro de 2023).

(ii) Refere-se ao pagamento inicial para aquisição do BNI – BANCO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAL, S.A. Em 22 de agosto de 2023, o Banco Master enviou um comunicado ao Banco de Portugal comunicando a desistência da intenção de aquisição de participação no BNI. Em 20 de fevereiro de 2024 as partes assinaram um acordo de revogação, no qual o BNI obrigou-se a restituir os recursos ao Banco Master em duas parcelas que serão quitadas em abril 2025.

(iii) Composto principalmente por contas de liquidações de operações com cartão de crédito de curto prazo.

b) Outros passivos – diversos

	2024	2023
Repasses financeiros (i)	255.930	71.371
Repasses de parcelamento cartão	176.533	79.110
Credores diversos - país	63.866	43.724
Provisão despesas de pessoal	10.152	16.509
Provisão instrumento particular de ações - Kovr Participações	2.020	13.592
Diferimento de comissão fiança	1.061	5.610
Valores a repassar - Seguro Prestamista	-	2.857
Precatórios a pagar	114	263
Outras provisões	40.111	18.631
Total	549.787	251.667
Circulante	547.767	238.075
Não circulante	2.020	13.592

(i) Composto principalmente por valores a repassar sobre operações conveniadas.

13. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

Bens não de uso próprio	2024	2023
Imóvel residencial	177.504	159.640
Terreno rural	124.013	124.013
Imóvel comercial	118.406	118.236
Terreno urbano	1.649	1.649
Total	421.572	403.538
Circulante	-	-
Não circulante	421.572	403.538

14. DESPESAS ANTECIPADAS

	2024	2023
Comissões na colocação de empréstimos (i)	202.534	33.331
Comissões captação	19.950	36.632
Total	222.484	69.963
Circulante	-	-
Não circulante	222.484	69.963

(i) Serviços pagos antecipadamente para apoio operacional de convênios.

15. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, a Administração do Banco constituiu créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A referida constituição respeitou a projeção da lucratividade do Banco, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários e o histórico de lucros fiscais nos últimos cinco exercícios.

a) Ativos fiscais

	2024	2023
Ativos fiscais correntes	53.577	117.555
Imposto de renda a compensar	37.434	71.566
Contribuição social a compensar	16.074	45.331
Outros impostos a compensar	69	658
Ativos fiscais diferidos	926.882	370.937
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	746.757	362.813
Ajuste ao valor de mercado	166.988	2.403
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuições	-	-
Provisão para contingências	13.137	2.031
Participações sobre lucros	-	3.690
Total	980.459	488.492
Circulante	67.940	221.247
Não circulante	912.519	267.245

b) Passivos fiscais

	2024	2023
Passivos fiscais correntes	303.930	143.590
Impostos e contribuições sobre lucros	133.600	114.260
PIS e COFINS a recolher	134.570	6.917
Impostos e contribuições sobre salários	10.271	8.480
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	8.105	8.257
Outros passivos fiscais	17.384	5.676
Passivos fiscais diferidos	656.107	165.322
Ajuste ao valor de mercado - Passivo	656.107	165.322
Total	960.037	308.912
Circulante	960.037	308.912
Não circulante	-	-

c) Movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos

	2024	
	Ativo diferido	Passivo diferido
Saldo inicial em 31 de dezembro	370.937	165.322
Constituição	555.945	490.785
Saldo final em 31 de dezembro	926.882	656.107

d) Previsão de realização dos ativos diferidos

	2024	
	Ativos diferidos	Valor presente (i)
Até 1 ano	14.363	12.523
De 1 a 2 anos	59.712	45.396
De 2 a 3 anos	72.181	47.848
De 3 a 4 anos	158.141	91.403
De 4 a 5 anos	371.047	186.994
De 5 a 10 anos	251.438	89.271
Total	926.882	473.435

(i) O valor presente dos créditos tributários foi calculado considerando a taxa média de captação do Banco Master.

16. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS

a) Controladas

	2024								
	Banco Master Múltiplo S.A. (iii)	Banco Master de Investimento S.A.	Master Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (v)	Master Patrimonial Ltda. (ii)	Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	Kovr Participações S.A.	NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. (iv)	JK 031 Empreendimentos e Participações S.A. (iv)	Total
Participação - %	100,0	100,0	0,0	99,99	100,0	68,14	100,0	100,00	
Quantidade de cotas/ações possuídas	3.946.167.305	97.274.711	-	37.205.043	26.750.000	18.096.730	26.890	291.726.684	
Capital social	1.167.479	121.203	-	37.205	26.750	37.205	765.201	125.047	
Patrimônio líquido	501.095	16.323	-	208.285	122	225.816	512.422	234.621	
Valor do investimento	501.095	16.323	-	208.264	122	153.870	512.422	234.621	1.626.717
Resultado de equivalência patrimonial	191.303	(59.287)	797	(51.545)	(94)	51.779	122.664	218.770	474.387

	2023							
	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A. (i)	Banco Master de Investimento S.A.	Master Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Master Patrimonial Ltda. (ii)	Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	Kovr Participações S.A.	Total	
Participação - %		100,0	100,0	100,0	99,99	99,5	76,91	
Quantidade de cotas/ações possuídas		3.946.167.305	5.919.842	1.755.147	37.205.043	26.750.000	20.423.248	
Capital social		1.167.479	47.000	43.588	37.205	26.750	150.949	
Patrimônio líquido		309.792	1.406	31.840	259.836	216	193.631	
Valor do investimento		309.792	1.406	31.840	59.810	215	148.922	751.985
Resultado de equivalência patrimonial		292.300	(22.296)	(7)	37.083	(717)	39.671	346.034

(i) Em 19 de julho de 2023, o Banco Central do Brasil aprovou a transferência do controle societário do Banif para o Banco Master S.A., conforme contrato de compra e venda firmado em 12 de novembro de 2021. No período anterior à aquisição havia saldos de créditos tributários não ativados pois não existia expectativa de lucros tributários, e em 2023 com a transferência do controle acionário para o Banco Master e plano de negócio com expectativas de resultados, esses créditos foram ativados.

(ii) Empresa do Grupo Master habilitada a prestar serviços de assessoria e consultoria financeira. Em 31 de dezembro de 2024, o faturamento dos serviços prestados foi de R\$ 12.478 (R\$ 75.000 em 2023).

- (iii) Em 7 de novembro de 2023, foi solicitada a alteração da denominação social do Banco de Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A. para Banco Master Múltiplo S.A., que foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 10 de maio de 2024. Em 21 de agosto de 2024 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil, a aquisição da Will Holding pelo Banco Master Múltiplo.
- (iv) Aquisição das Holding's NK 031 Empreendimentos e Participações S.A., controladora do Banco Voiter S.A. e coligadas e JK 031 Empreendimentos e Participações S.A. controladora do Banco Letsbank S.A aprovado pelo Banco Central em 11 de abril de 2024.
- (v) Em 15 de fevereiro de 2024 aprovada pelo Banco Central, o aumento de capital do Banco Master de Investimento S.A. no montante de R\$ 29.203 mediante a emissão de 8.180.020 novas ações ordinárias da Companhia, via incorporação da totalidade das ações de emissão da Master Corretora.

b) Coligadas

Em março de 2022, ocorreu a desmutualização da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP. A associação sem fins lucrativos passou por uma cisão cuja parte do patrimônio líquido foi incorporado em uma nova CIP S.A., com fins lucrativos. O Master possui uma participação de 0,4902% e o valor do investimento de acordo com o laudo de avaliação é de R\$ 9.390 (R\$ 9.390 em 31 de dezembro de 2023).

17. IMOBILIZADO DE USO

	2024				2023		
	Depreciação Anual - %	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Instalações	10	3.188	(1.693)	1.495	3.182	(1.374)	1.808
Móveis e equipamentos de uso	10	21.512	(1.584)	19.928	3.277	(1.248)	2.029
Direitos de uso	10	10.845	(10.836)	9	10.845	(10.402)	443
Sistema de processamento de dados	20	1.108	(904)	204	1.043	(816)	227
Sistema de comunicação	10	385	(169)	216	307	(99)	208
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	90.846	(85)	90.761	186	(67)	120
Total		127.884	(15.271)	112.613	18.840	(14.005)	4.835

18. DEPÓSITOS

a) Depósitos

	2024				2023			
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo (i)	Depósitos interfinanceiros	Total	Depósitos à vista	Depósitos a prazo (i)	Depósitos interfinanceiros	Total
Sem vencimento	612.123	-	-	612.123	581.630	-	-	581.630
Até 30 dias	-	337.639	1.299.198	1.636.837	-	293.804	-	293.804
De 31 a 60 dias	-	333.417	1.720.293	2.053.710	-	281.742	28.603	310.345
De 61 a 90 dias	-	502.879	1.746.227	2.249.106	-	240.592	50.214	290.806
De 91 a 180 dias	-	979.599	745.960	1.725.559	-	1.281.091	231.549	1.512.640
De 181 a 360 dias	-	3.145.970	1.490.952	4.636.922	-	2.478.435	141.582	2.620.017
Acima de 360 dias	-	25.574.600	11.370.667	36.945.267	-	22.220.637	2.704.249	24.924.886
Total	612.123	30.874.104	18.373.297	49.859.524	581.630	26.796.301	3.156.197	30.534.128
Circulante				12.914.257				5.609.242
Não circulante				36.945.267				24.924.886

(i) CDBs são emitidos com taxas praticadas em operações pós fixadas entre 100% e 140% do DI, (80% e 140% em 31 de dezembro de 2023), em operações prefixadas entre 3,5% e 17,8% (3,5% e 16,9% em 31 de dezembro de 2023) e em operações híbridas sendo 100% do IPCA mais taxa prefixada entre 1,50% e 9,40% (2,25% e 9,48% em 31 de dezembro de 2023).

b) Depósitos interfinanceiros

	2024	2023
Depósitos com instituições financeiras ligadas	17.949.760	2.982.108
Depósitos com demais instituições financeiras	423.537	174.089
Total	18.373.297	3.156.197

19. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

a) Composição da carteira

	2024		2023	
	Até 3 meses	Total	Até 3 meses	Total
Carteira própria				
Letras financeiras do tesouro	69.698	69.698	623.374	623.374
Letras do tesouro nacional	1.009.599	1.009.599	236.974	236.974
Notas do tesouro nacional	628.307	628.307	64.678	64.678
Carteira de terceiros				
Letras financeiras do tesouro	57.437	57.437	-	-
Total	1.765.040	1.765.040	925.025	925.025
Circulante		1.765.040		925.025
Não circulante		-		-

b) Resultado de operações de captação no mercado

	2º semestre	2024	2023
Despesas de depósitos a prazo	(1.288.395)	(2.741.478)	(3.035.710)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(1.026.825)	(1.457.856)	(103.529)
Despesas de contribuições ao fundo garantidor de créditos	(26.798)	(94.246)	(137.406)
Despesas de operações compromissadas	(129.931)	(192.331)	(81.016)
Despesas de letras financeiras	(119.775)	(173.755)	(5.924)
Despesas de letras imobiliárias	(11.465)	(52.602)	(180.883)
Total	(2.603.190)	(4.712.268)	(3.544.468)

20. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	2024					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Letras de crédito imobiliário - LCI	-	165.547	16.194	-	-	181.741
Letra financeira - LF	25.112	-	64.160	1.296	2.019.887	2.110.455
Total	25.112	165.547	80.354	1.296	2.019.887	2.292.196
Circulante						190.659
Não circulante						2.101.537

					2023
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 5 anos	Total
Letras de crédito imobiliário - LCI	3.945	597.107	163.474	-	764.526
Letra financeira - LF	-	-	22.307	464.180	486.487
Total	3.945	597.107	185.781	464.180	1.251.013
Circulante					601.052
Não circulante					649.961

As LCIs são emitidas com taxas praticadas em operações pós fixadas entre 95% e 103% do DI, (92% e 103% em 31 de dezembro de 2023), e em operações prefixadas entre 9,30% e 11,95% (9,30% e 12,7% em 31 de dezembro de 2023). As LFs são emitidas em operações pós fixadas entre 115% e 150% do CDI (115% do CDI em 31 de dezembro de 2023) e em operações híbridas sendo 100% do IPCA, e taxa prefixada entre 6,5% e 8,35% (6,5% e 8,00% em 31 de dezembro de 2023).

21. INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL REGULATÓRIO

	2024		2023	
	Acima de 5 anos	Total	Acima de 5 anos	Total
Letra financeira subordinada	962.328	962.328	16.976	16.976
Total	962.328	962.328	16.976	16.976
Circulante		-		-
Não circulante		962.328		16.976

22. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam ativos contingentes.

b) Obrigações legais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam obrigações legais.

c) Contingências classificadas como prováveis são regularmente provisionadas e totalizam:

	Provisão		Depósitos judiciais	
	2024	2023	2024	2023
Contingências cíveis	12.709	2.802	9.696	4.192
Contingências trabalhistas	428	1.712	1.004	505
Contingências fiscais	-	-	865	828
Contingências administrativas	-	-	-	1.179
Total	13.137	4.514	11.564	6.704
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	13.137	4.514	11.564	6.704

d) Movimentação das provisões passivas

	2024			2023			
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Administrativas	Total
Saldo inicial	1.712	2.802	4.514	1.887	2.610	2.944	7.441
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	-	9.907	9.907	1.276	3.325	-	4.601
Baixas	(1.284)	-	(1.284)	(1.451)	(3.133)	(2.944)	(7.528)
Saldo final	428	12.709	13.137	1.712	2.802	-	4.514

e) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis

	2024	2023
Fiscais	28.581	79.653
Cíveis	9.648	64.242
Trabalhistas	1.350	39.493
Administrativas	-	316
Total	39.579	183.704

Os principais processos cíveis (possíveis) são:

- Ação visando a anulação do procedimento de execução extrajudicial da garantia fiduciária consolidada pelo Banco para liquidação da dívida dos devedores;
- Ação visando a revogação de ordem de penhora recaída sobre garantia do Banco.
- Ações repetitivas visando a revisão de juros de consignado em processos que versam sobre direito do consumidor.

Os principais processos fiscais (possíveis) são:

- Execução fiscal referente a cobrança de multa por atraso na entrega da declaração do CPMF;
- Procedimento administrativo instaurado pela Receita Federal para controlar os débitos de IRPJ e CSLL supostamente incidentes sobre a indenização a ser paga pela CEEE;
- Supostos débitos de PIS e COFINS (Desmutualização BM&F);
- Auto de Infração lavrado para exigência de IRRF, relativo a operações de câmbio.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.760.885 mil que corresponde a um total de 181.910.294 ações nominativas, divididas em 142.265.490 ações ordinárias e 39.644.804 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito é de R\$ 1.660.885 mil que corresponde a um total de 176.537.848 ações nominativas, divididas em 140.828 ações ordinárias e 35.709.754 ações preferenciais todas sem valor nominal. Sendo nesta data, o total integralizado de R\$ 1.452.885 mil.

b) Reservas de lucros

A conta de reserva de lucros do Banco Master é composta por reserva legal e reserva especial de lucros. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco Master, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Banco Master não possui outras reservas de lucros em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Banco Master deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco Master.

Reserva especial de lucros - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva. A destinação de recursos para tais reservas não podem ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2024, a reserva de lucros do Banco Master é de R\$ 2.015.061 (R\$ 964.550 em 31 de dezembro de 2023).

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado o direito aos dividendos mínimos obrigatórios, podendo também ser distribuído sob a forma de juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro do período, deduzida a parcela destinada a reserva legal. Em 31 de dezembro de 2024 foram deliberados R\$ 118.000 (R\$ 91.900 em 31 de dezembro de 2023) de remuneração proposta dos juros sobre o capital próprio.

24. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE VENDA OU DE TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

Refere-se ao resultado apurado pela venda de ativos de crédito com a transferência de riscos e benefícios definitiva em 31 de dezembro de 2024 R\$ 2.239.662 de carteira de consignado (R\$ 549.691 em 31 de dezembro de 2023), e R\$ (156.395) de carteira de precatório (R\$ R\$ 277.188 em 31 de dezembro de 2023).

25. RENDAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	2º semestre	2024	2023
Rendas de empréstimos	1.643.120	2.970.548	1.722.436
Rendas de direitos creditórios descontados	737.725	1.179.263	974.341
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	11.997	19.548	6.747
Rendas de financiamentos habitacionais	1.535	3.112	1.980
Rendas de financiamentos de empreendimentos imobiliários	559	1.045	766
Rendas de outros financiamentos	-	-	919
Total	2.394.936	4.173.516	2.707.189

26. DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre	2024	2023
Proventos	(62.138)	(114.138)	(84.079)
Encargos sociais	(20.483)	(38.953)	(29.732)
Benefícios	(14.747)	(27.590)	(21.647)
Despesas de honorários da diretoria	(3.638)	(8.156)	(8.534)
Outras despesas de pessoal	(863)	(1.639)	(1.562)
Total	(101.869)	(190.476)	(145.554)

27. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre	2024	2023
Serviços do sistema financeiro (i)	(363.476)	(642.422)	(372.212)
Serviços técnicos especializados (ii)	(308.946)	(580.650)	(334.605)
Processamento de dados (iii)	(91.526)	(166.254)	(120.175)
Propaganda e publicidade	(81.972)	(118.773)	(29.720)
Serviços de terceiros	(69.063)	(120.857)	(101.540)
Viagens	(24.463)	(48.231)	(43.040)
Aluguéis	(20.116)	(30.073)	(8.320)
Seguros	(10.320)	(23.839)	(25.357)
Depreciações	(452)	(1.266)	(2.904)
Outras despesas administrativas	(53.144)	(120.764)	(36.377)
Total	(1.023.478)	(1.853.130)	(1.074.250)

- (i) Aumento composto principalmente por pagamento de comissões.
- (ii) Aumento composto principalmente por serviços de consultoria jurídica.
- (iii) Aumento composto principalmente por serviços desenvolvimento e manutenção de sistemas.
- (iv)

28. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º semestre	2024	2023
COFINS	(133.410)	(183.137)	(77.746)
PIS	(21.679)	(29.760)	(12.634)
Tributos federais	(4.600)	(11.325)	(4.225)
Tributos municipais	(4.404)	(5.839)	(7.224)
ISS	(3.730)	(6.034)	(4.012)
IOF	(2.189)	(4.905)	(3.590)
Outras despesas tributárias	(516)	(908)	(5.859)
Total	(170.528)	(241.908)	(115.290)

29. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	2º semestre	2024	2023
Rendas de depósitos compulsórios vinculados ao BACEN	119.933	214.468	96.127
Varição monetária	2.817	21.665	1.998
Reversão/constituição de perda esperada sob fundos de direitos creditórios - adicional (ii)	116.333	120.418	68.013
Reversão/constituição de provisão de valores a receber	(54.000)	(31.227)	28.500
Perda esperada associada ao risco de crédito sob valores a receber - adicional (ii)	(32.858)	(40.913)	(129.451)
Multas (iii)	(26.893)	(76.992)	(29.377)
Despesas de custeio	(11.526)	(22.385)	(16.397)
Reversão de perda esperada sob valores a receber - adicional (i)	(4.540)	(4.964)	78.254
Reversão/constituição para contingências	(1.379)	(8.623)	2.927
Provisão instrumento particular de ações - Kovr	(353)	(4.852)	(13.592)
Ganho por compra vantajosa (Nota 33)	-	435.556	-
Despesas de cessão de crédito	-	-	(1.053)
Outras receitas / (despesas) operacionais	(20.296)	(23.791)	(24.589)
Total	87.238	578.360	61.361

- (i) Reversões de provisionamento ocorridas por liquidação das operações de valores a receber.
(ii) Constituição de provisionamento de crédito com base em probabilidade de perda esperada das operações.
(iii) Multas pagas são principalmente referentes a parcelamentos administrativos de impostos e contribuições.

30. DEMONSTRATIVO DA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2º semestre	2024	2023
Resultado antes dos tributos	791.632	1.114.057	616.721
JCP - Juros de capital próprio	(118.000)	(118.000)	(91.900)
Resultado do período antes dos efeitos do IRPJ e de CSLL	673.632	996.057	524.821
Alíquota vigente - IRPJ	25%	25%	25%
Alíquota vigente - CSLL	20%	20%	20%
Expectativa de despesa de IRPJ	(168.408)	(249.014)	(131.205)
Expectativa de despesa de CSLL	(134.726)	(199.211)	(104.964)
Diferenças permanentes	78.261	401.679	151.236
Equivalência patrimonial	84.480	213.474	155.715
Ganho por compra vantajosa	-	196.000	-
Outros ajustes	(6.219)	(7.795)	(4.479)
Imposto de renda e contribuição social	(224.873)	(46.546)	(84.933)

31. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas ao Banco são coligadas e controladas, seus acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC n° 05, consolidada pela Resolução n° 4.818/20.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a remuneração da administração foi de R\$ 8.156 (R\$ 8.533 em 31 de dezembro de 2023). O Banco Master não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

As operações realizadas entre partes relacionadas no exercício são:

	2024		2023	
	Coligadas e controladas (i)	Pessoal chave da administração	Coligadas e controladas	Pessoal chave da administração
ATIVO	205.589	1.935	6.269	32.626
Operações de crédito	984	746	-	2.484
Despesas antecipadas	-	1.189	-	30.142
Outros ativos - diversos	175.047	-	6.269	-
Rendas a receber - Dividendos	29.558	-	-	-
PASSIVO	18.164.008	1.142.632	3.112.828	200.983
Depósitos à vista	203.315	2.536	118.232	10.502
Depósitos interfinanceiros	17.949.761	-	2.982.107	-
Depósitos a prazo	10.932	177.768	12.489	173.505
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	962.328	-	16.976

	2º semestre		2024		2023	
	(1.017.122)	(35.053)	(1.430.341)	(129.617)	(112.872)	(85.726)
RESULTADO	(1.017.122)	(35.053)	(1.430.341)	(129.617)	(112.872)	(85.726)
Operações de captação no mercado - DI	(1.017.122)	-	(1.430.341)	-	(86.128)	-
Operações de captação no mercado - CDB	-	(10.980)	-	(18.678)	(26.744)	(9.883)
Operações de captação no mercado - LF	-	(1.059)	-	(2.499)	-	(2.400)
Outras despesas administrativas	-	(23.014)	-	(108.440)	-	(73.443)

(i) Operações com empresas controladas: Banco Master de Investimento; Banco Master Múltiplo; Master Corretora; Banco Voiter; Will crédito, financiamento e investimento; Master Patrimonial.

32. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Introdução e visão geral

O Conglomerado Prudencial Master (instituição líder Banco Master) está exposto aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, além de riscos de natureza não financeira, os quais são continuamente monitorados, informados e geridos por equipes específicas, e Comitês da Alta Administração.

Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Conglomerado Master está de acordo com as regulamentações no Brasil, e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e subscrição, socioambiental é realizado de forma centralizada, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos pela Administração.

O objetivo do controle centralizado é prover aos administradores, ao comitê executivo, e comitê de auditoria, uma visão integrada das exposições do Banco Master, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

b) Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O departamento de risco operacional é responsável pela criação e manutenção de um processo de gestão de risco de forma integrada nas empresas pertencentes ao conglomerado prudencial e prevê dentre outras funções, a execução de controles como políticas, processos e treinamento com objetivo de acompanhar riscos associados às empresas do conglomerado. O Departamento de Risco Operacional é estabelecido por uma área independente e atua com objetivo de implementar comitês, processos e assegurar a utilização de controles robustos de acordo com a complexidade de cada departamento. A área de risco operacional possui base de perdas incorridas para identificação de falhas e pontos de vulnerabilidade, dessa forma atua em conformidade com a Resolução CMN 4.557/17 e suas atualizações.

c) Risco de crédito

Definição

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Conglomerado Prudencial Master. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

Gerenciamento do risco de crédito

Atribuições:

- Desenvolver e manter a classificação de risco de crédito do Banco Master para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de perda financeira enfrentada e focar o gerenciamento nos riscos inerentes. O sistema de classificação de risco é usado para determinar exposições de crédito. A estrutura de classificação de risco atual inclui graus de risco de crédito e a disponibilidade de garantias ou outra ferramenta para mitigar o risco de crédito.
- Oferecer aconselhamento, orientação e técnicas especializadas para promover as melhores práticas, por todo o Banco Master, no gerenciamento do risco de crédito.

Análise e concessão de crédito:

- Avaliar os riscos envolvidos nas operações e a capacidade dos clientes em liquidar suas obrigações nas condições contratadas.
- Formular políticas de crédito em conjunto com todas as unidades do Master, incluindo exigências de garantia, avaliação de crédito, classificação de risco e apresentação de relatórios, procedimentos legais e documentais, assim como cumprimento com exigências normativas e estatutárias.
- Estabelecer a estrutura para aprovação e renovação de linhas de crédito. Os limites são definidos e aprovados pelo Comitê de Crédito.
- Revisar e avaliar o risco de crédito. A área de crédito avalia toda a exposição de crédito em excesso aos limites estabelecidos, antes que as linhas de crédito sejam liberadas para os clientes pela unidade de negócios em questão. As renovações e revisões das linhas de crédito estão sujeitas ao mesmo processo de revisão.
- Limitar concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores da economia e por faixas de classificação de crédito, liquidez de mercado e país.

Controles e gestão de riscos de crédito:

- Atuar de maneira preventiva no monitoramento dos clientes ativos visando antecipar movimentos de inadimplência na carteira de operações que envolvam risco de crédito, dar suporte às decisões e estratégias comerciais e fornecer dados que permitam aos Comitês de Crédito e Executivo acompanhar o cumprimento do planejamento estratégico do Master.

d) Risco de liquidez

Definição

É definido como a possibilidade de incapacidade de honrar as suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, na forma contratada e que podem resultar em perdas financeiras e não financeiras significativas. O risco de liquidez é avaliado a partir da diferença entre os preços de oferta e de compra dos ativos.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez é executada pela área de riscos financeiros de forma independente e visa proteger o Banco Master de possíveis movimentos de mercado que gerem impactos negativos ao fluxo de liquidez. Nesse sentido, o Banco Master monitora suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

É efetuado um controle diário através de relatórios onde se monitoram os seguintes itens:

- O acompanhamento de vencimentos entre os pagamentos e os recebimentos de todo conglomerado conforme abaixo demonstrado;

Ativo	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Títulos e valores mobiliários	6.149.250	3.468.300	384.511	-	10.002.062
Crédito	4.044.285	6.070.644	20.590.305	9.673.659	40.378.893
Compulsório	2.575.380	-	-	-	2.575.380
Disponibilidades	2.006.826	-	-	-	2.006.826
Outros créditos	3.560.149	1.207.206	1.876.388	-	6.643.744
Total Geral	18.335.890	10.746.151	22.851.204	9.673.659	61.606.905

Passivo	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima de 5 anos	Total
CDI	7.028.641	3.985.226	4.079.627	3.279.802	18.373.297
CDB	5.356.630	4.816.362	16.046.657	4.654.455	30.874.104
Compromissadas	1.765.040	-	-	-	1.765.040
Depósito à vista	612.123	-	-	-	612.123
Instrumentos de derivativos	233.388	209.848	699.150	202.794	1.345.180
LCI / LF	190.659	80.354	1.296	3.002.455	3.274.765
Depósito a prazo conversíveis em ações	-	-	-	962.328	962.328
Outras obrigações	881.435	-	185.707	-	1.067.142
Total	16.067.915	9.091.791	21.012.438	12.101.835	58.273.979

Fluxo de caixa acumulado	2.267.975	3.922.335	5.761.101	3.332.925	-
--------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	---

- O percentual dos depósitos com liquidez diária representa 1,79% do total de suas emissões;

A estrutura de gerenciamento de riscos dispõe de aplicação de cenários para testes de estresse caracterizado por um conjunto de processos e rotinas, cujo objetivo principal é de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. A fim de cumprir com os cenários de testes de estresse, são realizados exercícios de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias específicos sobre a liquidez e valor de portfólios específicos. Nesses, estão incluídos análise de cenários, possibilitando avaliar o impacto derivado de variações simultâneas em um conjunto de parâmetros relevantes. Os testes de stress são divulgados diariamente para a administração.

e) Risco de mercado

Definição

Riscos de mercado estão ligados a possíveis perdas monetárias em função de flutuações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas de ativos financeiros negociados nos mercados. As oscilações de variáveis financeiras, como preços de insumos e produtos finais, índices de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio, geram potencial de perda para praticamente todas as empresas.

A gestão de riscos de mercado que o conglomerado está exposto é monitorado de forma centralizada pela área de riscos financeiros, que considera a complexidade e a natureza das operações. A área de riscos financeiros atua de forma totalmente independente e é responsável pelos controles dos limites constantes da RAS (Risk Appetite Statement). A área é responsável pela elaboração, revisão e controle dos limites estabelecidos nas políticas, que por sua vez são aprovados pela Diretoria do grupo. O controle de risco de mercado é feito com a elaboração de índices baseados em metodologias técnicas seguindo padrões internacionais de cálculo.

Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e preço de ações. As modalidades apresentam volatilidades específicas as quais são determinadas por seus fatores de risco primários, o que associados as exposições assumidas geram potenciais riscos de perdas financeiras. Dentre os processos da gestão de risco de mercado estão as análises de sensibilidade e os testes de estresses. Estes testes indicam qual o potencial de perda em caso de variações no mercado.

Nos quadros abaixo temos os valores potenciais bem como os cenários utilizados:

Fatores de Risco	Descrição	31/12/2024		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	1.409.466	3.523.665	7.047.330
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	(714.373)	(71.437.346)	(142.874.692)
Cupom de IPCA	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índice de preço IPCA	(432.959)	(43.295.871)	(86.591.742)
Cupom de IGPM	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índice de preço IGPM	-	-	-
Total		262.134	(111.209.552)	(222.419.105)

Fatores de Risco	Descrição	2023		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(393.461)	(983.653)	(1.967.307)
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	53.011	5.301.079	10.602.158
Cupom de IPCA	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índice de preço IPCA	31.831	3.183.109	6.366.217
Cupom de IGPM	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índice de preço IGPM	-	-	-
Total		(308.620)	7.500.534	15.001.069

Premissas para os fatores de riscos:

Cenário	Curva de juros e cupom cambial	Câmbio
1	Choque paralelo de 0,01% (1 bp) na curva de mercado	Aumento de 10% nas taxas de câmbio
2	Choque paralelo de 1,00% (100 bps) na curva de mercado	Aumento de 25% nas taxas de câmbio
3	Choque paralelo de 2,00% (200 bps) na curva de mercado	Aumento de 50% nas taxas de câmbio

f) Limites operacionais - Índice de Basileia

Em cumprimento à regulamentação vigente e aos conceitos do Comitê de Basileia, o Conglomerado Prudencial Master possui estrutura de gestão de capital realizada pela área de riscos financeiros. A área atua de forma integrada com objetivo de manter a compatibilidade do capital com o modelo de negócios, complexidade e natureza das operações. A gestão de capital prevê a elaboração de projeção de capital de acordo com os planos e metas definidos no planejamento de negócios ("Business Plan") com a finalidade de verificar os possíveis impactos e a adequação dos níveis de capital estabelecidos pelo regulador e pelas políticas internas do Conglomerado. Os impactos relacionados à adoção inicial da resolução 4.966/21 do CMN serão computadas a partir de Janeiro de 2025 em contrapartida ao Patrimônio Líquido. O Impacto estimado no Patrimônio de Referência será de reconhecido de forma progressiva alinhada com as determinações da Resolução BCB 448/24.

O Banco Master em 31 de dezembro de 2024, atingiu o Índice de Basileia de 11,51% (11,52% em 31 de dezembro de 2023), calculado a partir do “Conglomerado Prudencial”, superando o Índice de Basileia mínimo requerido (10,5%).

	31/12/2024	31/12/2023
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	5.519.421	2.107.422
Capital Principal	4.557.092	2.090.446
Capital Social	2.760.885	1.160.885
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	2.046.703	964.550
Lucros acumulados deduzido do capital principal exceto ajustes prudenciais	(35.234)	(34.989)
Ajustes prudenciais	(215.261)	-
Capital complementar	17.811	16.976
Patrimônio de Referência Nível II	944.517	-
Rwa (Risk weighted assets)	47.921.860	18.286.621
RWA - Risco de Crédito	41.773.986	14.694.276
RWAsp - (Instituições de Pagamento)	269.242	-
RWA - Risco de Mercado	1.727.318	1.416.268
RWA - CVA - Resolução BCB 229	104.561	210.415
RWA - DRC - Resolução BCB 313	161.787	-
RWA - Risco Operacional	3.884.965	1.965.662
Índice de Basileia	11,51%	11,52%
Índice de Basileia (Mínimo Requerido)	10,50%	10,50%
Índice de Capital Principal	9,50%	11,43%
Índice de Capital Principal (Mínimo Requerido)	4,50%	4,50%

O Conglomerado divulga semestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de nível I e nível II.

g) Risco socioambiental e climático

A gestão de risco socioambiental e climático está estabelecida através de mecanismos de avaliação fundamentados no arcabouço regulatório cujo procedimentos adotados possibilitam a identificação e mitigação de riscos associados ao meio ambiente, trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil dentre outros, em atendimento à Resolução CMN nº 4.945/21 e dos objetivos do conglomerado.

A atuação para mitigação e identificação de riscos socioambientais e climáticos, é realizada em conjunto e de forma integrada com as três linhas de defesa em ações que visam monitorar o alinhamento com os fundamentos da lei anticorrupção e regulação específica sob o contexto da responsabilidade social, com ênfase em padrões éticos nas relações de trabalho. Esta estrutura visa mitigar os riscos relacionados a Impactos Reputacionais e Perdas Financeiras.

A estrutura de gerenciamento de risco social, ambiental e climático abrange os riscos associados ao Conglomerado Master, respeitando os princípios de relevância e proporcionalidade, a seguir:

Relevância: Estabelece como critério de relevância o segmento de maior representatividade no seu portfólio de produtos;

Proporcionalidade: Estabelece como critério de proporcionalidade, as operações de crédito do Segmento Empresa (considerado de maior relevância), cuja atividade econômica possa apresentar maior risco de causar danos sociais, ambientais e climáticos associado ao valor total do endividamento do cliente junto à Instituição.

h) Comitê de Auditoria

O Conglomerado Master entende que o Comitê de Auditoria é um importante instrumento de controle, para a Gestão Integrada de Riscos.

O Comitê monitora e dá diretrizes, periodicamente, aos sistemas de gerenciamentos de riscos, como parte do processo de auditoria interna da Instituição, incluindo as atividades das unidades de negócios, abordando no mínimo os seguintes aspectos: As estratégias, políticas e procedimentos, a estrutura organizacional e; os processos de aprovação dos modelos de gestão.

i) Índice de Imobilização

De acordo com a Resolução CMN nº 4.957/21 do BACEN, o limite de imobilização permitido é de 50,0%. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de imobilização foi de 9,07% (20,15% em 31 de dezembro de 2023).

33. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

	2º semestre	2024	2023
Resultado líquido	566.759	1.067.511	531.788
Eventos não recorrentes			
Ganho por compra vantajosa (i)	-	435.556	-
Resultado líquido recorrente	566.759	631.955	531.788

- (i) Ganho por compra vantajosa na aquisição das Holding's NK 031 Empreendimentos e Participações S.A., controladora do Banco Voiter S.A. e coligadas e JK 031 Empreendimentos e Participações S.A. controladora do Banco Letsbank S.A.

Os laudos de combinação de negócio estão em avaliação serão concluídos dentro prazo estabelecido pela norma.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28 de março de 2025, o BRB – Banco de Brasília S.A. (“BRB”) anunciou, por meio de fato relevante, que seu Conselho de Administração aprovou a aquisição de participação acionária no Banco Master S.A. A transação compreende a compra de 49% das ações ordinárias, 100% das ações preferenciais, totalizando 58% do capital total do Banco Master (“Operação”).

Como consequência da Operação, haverá uma reorganização societária do Banco Master, de modo que tanto a estrutura societária quanto a composição de ativos da instituição sofrerão alterações. O Banco terá como controladas somente as seguintes sociedades: Banco Master Múltiplo S.A. (e suas controladas Will Holding Financeira S.A., Will Financeira S.A. – Crédito Financiamento e Investimento e Will Produtos Ltda.) e Maximainvest Securitizadora S.A..

As empresas manterão as estruturas apartadas (stand alone), com compartilhamento de governança, expertise, sinergias e coordenação estratégica e operacional.

A Operação tem por pilares estratégicos a complementariedade de negócios; a solidez, liquidez, capital e rentabilidade do novo conglomerado prudencial; a conformidade regulatória, com o aumento do capital regulatório combinado do conglomerado.

A operação está sujeita à aprovação dos órgãos reguladores competentes, incluindo o Banco Central do Brasil (“BACEN”) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), além de outras condições precedentes especificadas no contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

Neste momento, não foi possível para a Administração determinar os impactos futuros na situação patrimonial e financeira decorrentes da segregação de ativos e passivos entre as partes envolvidas, bem como na governança e em suas estruturas operacionais.